

A LEI DIFICULTA CAMPANHA ELEITORAL

E candidatos praticamente esqueceram de falar na Constituinte

Página 3

TRÊS QUATRO

Jornal Laboratorio Comunicação UFRGS Outubro/86



lda

CRIME
RAIA
CABE



Correio volta e amplia mercado

Dono de uma tradição de 90 anos, o Correio do Povo voltou a circular no fim de agosto, agora com novo dono

Página 2 e Central



Esforço para levar as artes para a rua

Esculturas invadindo as praças, figuras coloridas surgindo nos muros da cidade. É a arte que, fugindo de seus redutos elitistas, toma conta das ruas e parte na vida da população.

Página 11

Rádios estão investindo mais em jornalismo

Página Central

Editorial

Apesar do fim da censura, a liberdade de informação permanece restrita. Exemplos disso são os acontecimentos recentes na imprensa gaúcha como vetos a matérias e perseguições ideológicas a alguns colegas.

Nas últimas semanas, com a publicação regionalizada do Pasquim, se pensava que um novo espaço democrático estava aberto às mais diversas correntes da nossa sociedade. Foi com espanto e admiração que se constatou que isso não correspondia à realidade. O semanário carioca surgido em meio à repressão do final dos anos sessenta e tido como um dos símbolos da luta pela liberdade de imprensa, vetou em sua edição gaúcha matérias que criticavam o governo Alceu Collares. O veto provocou a saída do diretor do Pasquim Sul, Roque Callage.

Mas se isso acontece nos veículos alternativos, a grande imprensa não deixa por menos. Quem não lembra o episódio envolvendo a equipe que preparava o Diário do Sul durante as negociações para uma fusão com o Correio do Povo? Se o tradicional jornal gaúcho voltou às bancas, não foi com a participação dos jornalistas do Diário. Afinal, o novo proprietário da Caldas Júnior, Renato Ribeiro, simplesmente vetou o nome de profissionais que estiveram envolvidos com a greve ocorrida durante a crise do Correio do Povo.

A par disto a imprensa gaúcha começa a retomar seu nível de empregos. É o que se nota pela abertura de novos jornais diários como o próprio Correio do Povo e o Diário do Sul, e outros como RS-Jornal da Semana e os jornais de bairro.

E se temos censura, mais chances de empregos e novos jornais o que falta é a criatividade. Enquanto alguns empresários preocupam-se exclusivamente com questões mercadológicas e jornalistas da velha guarda tentam afastar terminais de vídeo da redação, a nova geração de leitores procura algo novo que certamente não está nas bancas.

Aguarda-se o dia em que os jornalistas recém saídos das universidades deixem seus lides nos cabides das redações e para isso recebem o apoio de seus contemporâneos. A conscientização que passa por um velho Senhor Mesquita ao permitir a publicação do Caderno 2 no Estadão é uma necessidade e não uma opção.

É fácil concluir que a crise de um jornal como o Pasquim não está associada à censura oficial ou própria. Prova disso é o histórico convívio entre os dois nos "tempos da ditadura". A hora é de inovar, criar o maior número de jornais possíveis e abarrotar a sociedade de informações. Afinal é essa a obrigação social dos formadores de opinião pública.



Correio valoriza a política

Ressurge na vida do gaúcho um jornal importante: O Correio do Povo, um veículo com 90 anos.

O Correio do Povo vem com a preocupação de reconquistar seu público levando a formação verdadeira e ressaltando um aspecto fundamental: a credibilidade do jornal, que foi preservada durante tantos anos e que é fundamental para o sucesso de qualquer órgão de informação.

Voltando às vésperas de uma eleição para Constituinte, o Correio do Povo dá uma importância muito grande a política, segundo o editor do setor, José Barrionuevo. "A política vem para as primeiras páginas, pela sua importância de decisão nas coisas públicas, nas questões institucionais e, principalmente por termos eleições para Constituinte e para o Governo do Estado".

A linha editorial, na orientação do diretor da empresa, Renato Bastos Ribeiro é que o Correio seja um jornal pluralista que venha ao encontro do posicionamento esperado pelo leitor, não desconhecendo os partidos que representam tendências e segmentos do eleitorado.

Mas o quadro geral da editoria visa dar equilíbrio na informação e transmitir tranquilidade ao leitor de que a editoria não tem comprometimento com nenhum partido, que a informação é isenta e correta. Essa é a maior responsabilidade do novo Correio do Povo, segundo Barrionuevo.

Muito otimista ele acredita que o sucesso do Correio do Povo está garantido, criando assim novos espaços para emprego.

Afirma ainda que o Correio representa sem dúvida uma grande valorização profissional. Uma proposta do jornal é a criação de um quadro de promoções dentro da empresa, onde o jornalista inexperiente terá oportunidade de, com o tempo, mostrar seu trabalho, sua capacidade, desenvolver sua técnica, melhorar seus conhecimentos e progredir na diversas áreas de editoria que o jornal possui.

Denise Coutinho

Pesquisa é escola de repórter

Após um longo período de saturação do mercado de trabalho para os jornalistas, observa-se uma abertura com a volta do Correio do Povo e a breve chegada do Diário do Sul. Junto com estes dois jornais não é só o mercado do profissional que se amplia, mas o do estudante também. Uma atividade que andava pouco valorizada nos jornais era a pesquisa, que volta com grande destaque no meio informativo. Atualmente existem dois tipos de pesquisadores: o arquivista-pesquisador e o pesquisador-externo.

Segundo a legislação brasileira de Comunicação Social, o arquivista-pesquisador é aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias. Dentro das funções do arquivista-pesquisador está a redação de matérias que podem ser assinadas. Por essa razão, é exigido que o arquivista seja jornalista diplomado.

O pesquisador-externo é aquele que tem a incumbência de levantar

dados, culturais e técnicos, para melhor elaboração de pautas. O pesquisador-externo não pode redigir matérias e nem tão pouco assiná-las. Apenas escreve relatórios que são entregues aos repórteres ou editores, para uso no enriquecimento de matéria. Por essa razão, o pesquisador-externo não precisa ser jornalista, pode ser um estudante de qualquer área ou qualquer profissional.

Para Vera Spolidoro, presidente do Sindicato dos Jornalistas e editor-assistente do Diário do Sul, a pesquisa torna o jornalismo mais aprofundado, porém é preciso critérios claros sobre o trabalho do pesquisador-externo, do arquivista-pesquisador e do repórter, pois, embora as três atividades se complementem, não são iguais.

Cassilda Golin Costa vê o mercado de pesquisador-externo como um meio de acesso e experiência para o estudante na grande imprensa. Cassilda é estudante de último semestre de jornalismo na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e trabalha como pesquisadora há dois

anos, dos quais um ano e meio na Gazeta Mercantil Sul e meio no Diário do Sul.

Para Cida, como é chamada pelos amigos, a mudança da Gazeta para o Diário ampliou muito seus interesses na leitura dos jornais, já que, na Gazeta, como trabalhava só na área de Lazer e Cultura, negligenciava um pouco as outras seções do jornal. Com a mudança, tendo que fazer as mais diversas pesquisas, seu conhecimento em política e economia foram aprofundados, gerando um maior prazer ao ler estes assuntos.

Nestes dois anos de pesquisadora, o maior problema enfrentado por Cida foi o da frustração. É uma experiência muito gratificante estar em contato com grandes profissionais e aprender com eles o dia-dia de uma redação, seus problemas e dificuldades. Porém é frustrante colher os dados, ter todos os ingredientes de uma excelente matéria nas mãos, e não poder redigi-la. É difícil ter que se fazer relatórios quando se tem a capacidade de fazer matérias.

Carolina M. da Silva

TRES QUATRO

Jornal-Laboratório dos alunos do oitavo semestre do Curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição do segundo semestre de 1986, elaborada pela turma da disciplina de Produção e Difusão de Jornalismo Gráfico, sob a coordenação dos professores Aníbal Bendati e Pedro Maciel.

Participam desta edição: Alvaro Grohmann, Ana Lúcia Fumegalli, Ana Lúcia Ribeiro, Andréa Ribeiro, Angelo Augusto Ribeiro, Carolina M. da Silva, Cássia Norberto Duarte, Cassilda Golin Costa, Dan Ioschpe, Denise Coutinho, Elbio Resende, Gabriel Pillar Grossi, João Carlos Tiburski, Jorge Dalpiaz, Luciano Peres, Luiz A. Ferrareto, Maria Augusta Teixeira, Maria Lúcia Thiesen Bades

Jo, Maria Mirta Franzen Seidel, Maria Regina de Leão, Marília B. Alves, Roberto Kovalick, Sérgio Xavier Filho e Valéria Regina da Costa (Textos); Angelo Ribeiro, Gabriel Grossi, Luciano Peres, Roberto Kovalick e Sérgio Xavier Filho (Fotografia); Adão Roza, Bendati e Dinha (Arts); Alvaro Grohmann, Ana Lúcia Ribeiro, Angelo Augusto Ribeiro, Gabriel Pillar Grossi e Luciano Peres (Diagramação).

Chefe do Departamento de Comunicação: Vera Ferreira. Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregol Fagundes.

Cartas, opiniões, e colaborações devem ser dirigidas a redação do Jornal Três Por Quatro, rua Jacinto Gomes, 540 Porto Alegre-RS.

Impresso por Zero Hora Editora Jornalística.

Crise não afasta candidatos no RS

O Rio Grande do Sul vive hoje, assim como todo o país, o clima de intensas campanhas eleitorais. Apesar da grande importância da eleição de deputados federais e senadores que vão redigir o texto da nova Constituição — a nível de campanha sobressai em cada Estado, a disputa aos palácios do governo. Aqui no Rio Grande do Sul, são cinco os candidatos que concorrem a essa vaga: Carlos Chiarelli, do PFL, Pedro Simon, do PMDB, Clóvis Ilgenfritz, do PT, Fúlvio Petraco, do PSB e Aldo Pinto, pela Aliança Popular — formada por PDT e PDS.

Uma das principais questões que se colocam para quem pretende governar o Rio Grande do Sul é a difícil situação econômica do Estado. Mas, é claro, que a crise não chega a assustar os candidatos ao Palácio Piratini.

O candidato da Aliança Popular diz que o Rio Grande

do Sul é viável e acrescenta que foi o candidato do PMDB quem disse o contrário (NR: na verdade a afirmação foi feita pelo ministro Paulo Brossard). Segundo Aldo Pinto, por isso mesmo o senador Pedro Simon não tem condições de governar o Estado. Diz o candidato da coligação PDT-PDS, que para salvar o Rio Grande é preciso um governo independente, que resgate a autonomia do estado, "que não seja um governo de mendigos que rastejam em busca de recursos, mas que sobretudo se imponha".

O candidato do PFL acha que a economia do Rio Grande do Sul vai bem e é uma economia sólida. Segundo Chiarelli, o nosso Estado não precisa ser salvo "a não ser de eventuais governadores incompetentes". Ele acrescenta que índices econômicos como crescimento da indústria provam isso e diz que além de tudo, a possibilidade de captar para o Rio Grande

do Sul uma parcela arrecadada pelo Plano de Metas pode otimizar a situação. Para Chiarelli, essa parcela será aplicada pelo seu governo em transporte, energia elétrica e equipamentos portuários.

O senador Pedro Simon, candidato do PMDB, diz que pretende governar o Rio Grande do Sul a partir de um estudo profundo sobre a realidade riograndense e pretende aprofundar este estudo com diversos segmentos da sociedade. Simon diz que não pretende avançar no sentido de promessas fáceis e que seu governo terá uma administração descentralizada; com a municipalização levada ao máximo.

"A recuperação da economia do Rio Grande do Sul passa pela necessidade de recuperar a autonomia política perdida e de se fa-

dos e a competência dos lançamentos contábeis". Essa é a maneira como Fúlvio Petraco, do PSB, pretende recuperar o Rio Grande do Sul em termos econômicos.

O candidato do PT acha que o que vai mal no Rio Grande do Sul não é economia, mas as finanças, no nível da administração direta e indireta. Ele ressalta que a economia do Estado cresceu mais que a brasileira.

"Enquanto a economia brasileira cresceu 8,3%, a do Rio Grande do Sul cresceu 8,7% no ano passado" esclarece Clóvis Ilgenfritz. Segundo ele a crise financeira do Estado tem solução, contanto que venha uma administração competente, idônea. Ilgenfritz diz que o importante é fazer uma radiografia da dívida e viabilizar imediatamente a reforma tributária.

Notas

• A Refinaria Alberto Pasqualini, (Refap), da Petrobrás, e a Associação Riograndense de Imprensa (ARI), lançaram no dia 13 de setembro, durante a programação do Dia da Imprensa, o PRÊMIO REFAP DE JORNALISMO UNIVERSITÁRIO, que irá premiar estudantes de Comunicação Social do Rio Grande do Sul, nas áreas de Reportagem e Fotografia.

Os alunos poderão inscrever trabalhos publicados em órgãos laboratoriais dos cursos de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica, das universidades federais de Pelotas, Santa Maria e do Rio Grande do Sul e da Unisinos.

Cada unidade universitária realizará a seleção interna dos trabalhos realizados durante 1986, enviando a seguir os trabalhos a uma comissão julgadora formada pelos representantes das entidades ligadas ao ensino universitário de comunicação.

A premiação será conferida aos três primeiros lugares das categorias Fotografia e Reportagem, variando entre Cz\$ 1.500,00 e Cz\$ 4.000,00. Além disto os premiados receberão inscrição, isenta de mensalidade por seis meses, na ARI.

Para obter maiores informações a respeito do PRÊMIO REFAP DE JORNALISMO UNIVERSITÁRIO, os alunos podem dirigir-se ao Departamento de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

• Numa das últimas pesquisas do IBOPE realizada em Porto Alegre, Região Metropolitana e Interior, no período de 16 a 22 de setembro, os dois candidatos a Constituinte que conseguiram o maior índice de intenção de votos dos eleitores são jornalistas, ambos do PMDB. Antônio Britto, ex-porta-voz do Presidente Tancredo Neves, que conseguiu projeção nacional no período da doença e agonia do presidente, e Jorge Alberto Mendes Ribeiro, jornalista da Zero Hora, Rádio Gaúcha RBS TV, e ex-deputado na década de 60, quando renunciou ao mandato.

TSE limita propaganda política

Apesar das restrições, a cidade está tomada pela propaganda dos partidos

Em anos eleitorais é comum haver verdadeiras guerras entre candidatos de diferentes partidos em busca do tão precioso voto popular. Neste ano, quando se elegem novos governadores de Estado e um Congresso Constituinte, a guerra já foi declarada, só que agora uniu as forças inimigas que, aliadas a um contingente também poderoso, os meios de comunicação, têm lançado as suas munições à lei que regula a propaganda eleitoral.

Esta acirrada polémica tem fundamento, e muito, pois apesar do Brasil viver os ares da Nova República, cuja meta principal é a democracia, a resolução do Tribunal Superior Eleitoral, TSE, regulamentando a propaganda política, lembra a estigmatizada Lei Falcão, feita durante o governo militar e que refletia o autoritarismo da época. Até mesmo o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, TRE, desembargador Milton dos Santos Martins, admitiu que a lei do TSE é muito restritiva.

Conforme Jairo Ferreira, coordenador da campanha do PCB, caberia ao Congresso Nacional estabelecer uma legislação que se adequasse aos novos tempos. Houve, no entanto, a omissão do Congresso. O TSE, então, baixou uma resolução com base na legislação existente, oriunda do período autoritário. Daí todas as

suas restrições.

Se não fosse o bom senso do TRE em reunir todos os setores envolvidos na propaganda eleitoral, em busca de uma interpretação mais amena da lei, alguns critérios pouco democráticos orientariam o acesso aos meios de propaganda. Estaria, por exemplo, proibido o debate entre candidatos constituintes no rádio e na televisão, e, nestes veículos, a aparição de candidatos majoritários estaria vinculada à necessidade de todos os candidatos estarem presentes.

Estas restrições certamente comprometeriam o processo eleitoral, embora esta carga pesasse, fundamentalmente, sobre os partidos pequenos, aqueles que ainda não têm história nas urnas e que precisam, por isso, de um amplo espaço para expor suas idéias. É o que diz Bona Garcia, coordenador da campanha do candidato do PMDB, Pedro Simon: "O candidato do PMDB, assim como o partido, são conhecidos no estado inteiro; assim, as restrições da lei dariam mais prejuízos aos pequenos e novos partidos".

TIRO NAS RESTRIÇÕES

As reuniões do TRE com os partidos e veículos de comunicação valeu como uma importan-

te batalha vencida. Pelo menos em alguns pontos a liberdade irá prevalecer. No rádio e na TV, além do horário gratuito, estão permitidos os debates. Os candidatos também podem participar de entrevistas isoladas — que a lei do TSE proibia —, mas com participação de todos. E, ao contrário do que algumas redes de televisão chegaram a divulgar, os candidatos constituintes também podem debater no rádio e na TV, desde que os partidos tenham participação igualitária.

Em relação a jornais e revistas, será permitido, como matéria paga, a divulgação do currículo do candidato e de fotos que não excedam o tamanho de 6x9 centímetros.

PODER ECONÔMICO

Outra determinação do TRE é não permitir o abuso do poder econômico, pretensão quase impossível, ainda mais quando um partido se dispõe a gastar cerca de 100 milhões de cruzados para a eleição de um governador. Cifra contestada pelo PMDB gaúcho, líder das pesquisas eleitorais, e vista sem muita surpresa pelo PCB, 1% da preferência do eleitorado. Mas apesar de contestar a cifra, Bona Garcia reconhece que "no sistema capitalista, toma o poder político quem tem o poder econômico".

Cássia Norberto Duarte

Luciano Peres



Samba, carnaval,
futebol e Pelé...
e, agora, o cruzado



De que modo os estrangeiros vêm o Brasil?

O desenvolvimento científico e os satélites de Comunicação não sobrepujaram, ainda, as fronteiras e a distância entre os países. Idéias comuns, pobres e estereotipadas, ainda representam a realidade de cada nação. Podemos observar isto quando Choi Keum Joa, Marianne Elvira Getrow e José Lopes de Souza falam sobre as informações que puderam obter a respeito do Brasil em seus respectivos países: Coréia, Suriname e Angola.

Choi Keum Joa, natural de Seul, capital da Coréia, sabia que o Brasil possuía um dos maiores débitos do mundo. O pouco mais que ela pôde descobrir antes de vir para cá foi através de dois filmes. No curta-metragem "A Negra Olga", onde apareciam índios, Choi encontrou um comportamento que julga semelhante ao dos documentários sobre o carnaval, onde as roupas mínimas usadas pelas mulatas a deixaram chocada. Todos os três concordam quando dizem que as roupas dos brasileiros são muito decotadas. Para Choi, "as cores são fortes".

Nos jogos do Brasil, durante a Copa do Mundo, a novidade, segundo eles, foi de que não havia nenhum movimento na rua. "Tudo ficou amarelo e verde", fala José, e continua: "O futebol, no Brasil, é uma coisa natural, dá a impressão de que o brasileiro já nasce com uma bola a sua frente".

Marianne Elvira Getrow, que é natural de Paramaribo, capital do Suriname, chegou ao Rio Grande do Sul em fevereiro, mal parando em outros estados, assim como Choi e José. O objetivo destas viagens, para eles, é somente o estudo: Choi veio fazer uma Pós-Graduação em Política para o seu Curso de Letras, Marianne está no Curso de Graduação em Letras e José tem uma bolsa de estudo para se formar em Engenharia de Minas.

Cruzado e Política

No Suriname, que faz fronteira com o norte do Brasil, o que se sabia sobre os brasileiros tratava de carnaval, samba, futebol e Pelé. Agora, porém, Marianne diz que também se fala no "cruzado" e na situação política. Mesmo tendo feito, durante um mês, um curso básico de Língua Portuguesa em seu país, onde a Língua oficial é a Holandesa, ela ainda sente dificuldades em se comunicar, o que também acontece com Choi.

José não teve problemas de adaptação a Língua Portuguesa, pois em Angola se fala um português "mais enfeitado", como ele mesmo o denomina. No dia em que chegou já fez amizades, e ficou bem impressionado: "os brasileiros são muito curiosos, me perguntam muito sobre a África, o que faz com que eu me sinta valorizado". Ele diz que, "por sorte", conseguiu uma bolsa de estudos para o Brasil, país de muita estima em Angola, do qual se recebem muitas informações. José, que também veio de uma capital, Luanda, diz que em seu país, ao contrário da África do Sul, há muito pouco racismo e a educação e tratamentos de saúde são gratuitos para todos. Segundo ele, no Brasil existe racismo, só que dissimulado.

Liberdade Sexual

Nos primeiros dias em que estive aqui, Choi disse que muitas vezes parava na rua para olhar espantada os casais de namorados se beijando na boca. Na Coréia, isto não acontece, nem mesmo na televisão. José também falou da liberdade sexual no Brasil, muito maior do que em seu país.

Mas aos poucos eles estão se adaptando: Todos tomam chimarrão, embora este não agrade muito a Marianne, Choi "se acostumou", mas o único que realmente gosta deste costume gaúcho é José. Choi pensa que "hoje todos estão perdendo os nacionalismos em termos de economia e cultura, mas o brasileiro ainda é muito orgulhoso de sua cultura e prefere sempre as coisas do seu país".

Valéria Regina da Costa

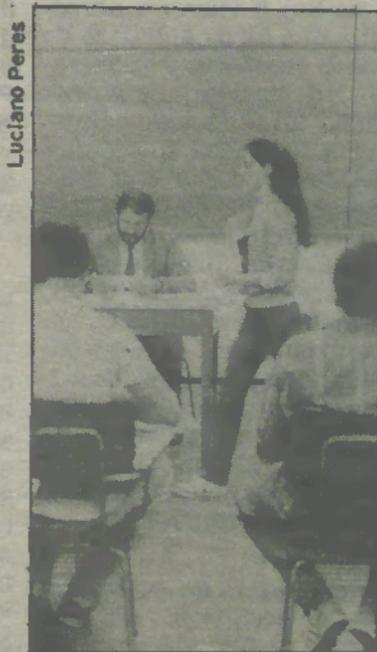
CPERS: fim dos contratos

Para suprir a falta de professores nas escolas estaduais a Secretaria de Educação do Estado firmou um acordo com as Prefeituras Municipais pelo qual elas se responsabilizavam pela contratação de profissionais e com os encargos empregatícios, enquanto o Estado se comprometia em efetuar o pagamento destes professores.

Este acordo foi feito no início de 80 com a contratação de cerca de 800 professores para atender às escolas estaduais das cidades de Vião, Alvorada, Guaíba, Canoas, Esteio e São Leopoldo. Nesta mesma época, Estado e Magistério decidiram que não ingressaria nenhum professor por vias que não fosse concurso público.

Segundo o CPERS, esta manobra do Estado é uma maneira de burlar o acordo e continuar a contratação de professores, o que para ele acarreta em menos despesas, pois os contratados não têm direito a vários benefícios tais como: convênio com o IPE, recebimento de triênios e avanços no salário em decorrência do tempo de serviço.

Uma comissão do CPERS, coordenada pelos professores Diva Conceição Adam e Martin Saraiva Barbosa realizaram uma reunião, no mês de julho, com os professores que integram este sistema de contratos. Neste encontro, segundo a professora Diva Adam, foi feito um levantamento da situação atual e apresentados os problemas que decorrem dessa contratação.



Luciano Peres

"O principal motivo alegado pelo Estado para continuar com os contratos," diz a professora, "é a falta de profissionais e o pouco tempo para agilizar a contratação através de concurso". Para ele, este tipo de contrato transfere a responsabilidade da educação estadual para os municípios porque todas as obrigações sociais com os professores passam para as prefeituras.

Divia Adam diz que a função da comissão organizada pelo CPERS é investigar o que de fato está ocor-

rendo e até que ponto o Estado está rompendo o acordo feito com o Magistério. "Esperamos que após o concurso para as áreas dois e três, em novembro, seja extinto este sistema de contratação que demonstra desvalorização do Magistério e desinteresse pelo nível de ensino".

Para os professores a situação é de insegurança e instabilidade. Eles recebem um baixo salário, e, na maioria das vezes, com atraso. Maria Cristina Batista, professora da Escola Walter Jobim em Vião, critica a falta de consideração dispensada ao ensino. "Ninguém pode se manter trabalhando sem receber, todas as vezes que tentamos falar com algum órgão ligado à Educação tivemos a falta de informação e o descaso como resposta".

Beatriz Pinhatti, professora na cidade de Guaíba, diz que não só a pessoa do professor é prejudicada com isso, mas também o aluno, pois a falta de seleção coloca pessoas sem a devida formação atuando como professores.

Para a coordenadora da comissão do CPERS, Diva Adam, todas as medidas tomadas são no sentido de acabar com este tipo de contrato por que, para o CPERS ele marca o rompimento de acordo por parte do Estado. "Na última paralisação o Magistério foi unânime em pedir o fim do sistema de contratação, pois além de prejudicar o ingresso de milhares de professores titulados no plano de carreira, ele impede a luta por um concurso público no sentido de moralizar e valorizar a profissão."

Maria Regina de Leão

Genética destaca Hospital de Clínicas

"O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é o único hospital-escola brasileiro que realmente funciona", segundo seu vice-presidente médico, doutor César Costa. Fazendo parte de uma rede de 34 hospitais universitários espalhados pelo país, que oferecem onze mil leitos, o HCPA ocupa um lugar de destaque.

O HCPA conta com ambulatórios em todas as especialidades médicas, atendendo mensalmente uma média de dezoito mil pacientes. A internação é dividida em cinco grandes áreas da medicina: clínica médica, cirúrgica, pediátrica, psiquiátrica e obstétrica. Além de ter bem estruturadas as Unidades de Tratamento Intensivo e de Cuidados Intermediários, e Serviço de Emergência nas 24 horas do dia. Do total de 710 leitos instalados, o Clínicas trabalha com uma capacidade operacional média de 85 por cento. São internados cerca de 1500 pacientes por mês, sendo 85 por cento beneficiários do INAMPS.

Todos os serviços prestados pelo HCPA são de excelente qualidade, o que o coloca numa posição de destaque no cenário nacional, de acordo com o médico César Costa. Para ele, o setor de maior destaque atualmente é a Unidade de Genética Médica.

Esta Unidade, coordenada pela médica Lavinia Schuler, é responsável pela projeção do Hospital a nível internacional. Há três anos faz parte do "Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas (ECLAMC), um projeto que envolve 73 hospitais em diversos países. A partir de janeiro deste ano, a Unidade de Genética Médica do HCPA faz parte de um grupo ainda mais seleto dentro do ECLAMC: não presta apenas informações obtidas nos exames com recém-nascidos,

faz também investigações a respeito dos defeitos congênitos em seu meio. Todos os dados colhidos são enviados para o Centro de Computação do ECLAMC, em La Plata.

Mensalmente o ECLAMC faz uma análise de todas as informações recebidas e, havendo qualquer anormalidade, toda a estrutura da organização é mobilizada para identificar as causas do problema.

A Unidade de Genética Médica do HCPA conta com o trabalho de duas médicas, Lavinia Schuler e Maria Raquel de Carvalho, a bióloga Janice Coelho Dutra, além de sete doutorandos e 25 estagiários de Medicina, Farmácia e Biologia.

A Unidade atende mensalmente cerca de 50 pacientes no ambulatório e dez a nível de consultoria (pacientes baixados no hospital que solicitam aconselhamento genético).

Segundo Lavinia, as pessoas procuram aconselhamento genético quando há suspeita de doença de caráter hereditário na família. Na maioria dos casos, por problemas de malformações ou deficiência mental. No entanto, a Unidade conta com 14 serviços em funcionamento e quatro em fase de implantação.

Serviços em funcionamento:

- atendimento clínico a famílias com doenças genéticas e/ou malformações
- avaliação citogenética
- detecção de erros inatos do metabolismo
- programa de detecção de cistinúria + diagnóstico, tratamento e aconselhamento nas hiperfenilalaninêmias
- programa de monitorização de defeitos congênitos
- aconselhamento genético em distrofias musculares
- atendimento clínico-genético de crianças assistidas pe-

na FEBEM • informações sobre agentes teratogênicos (SIAT) • laboratório regional de erros inatos do metabolismo • diabetes na gestação e malformações congênitas • triagem para Fenilcetonúria em recém-nascidos • pesquisas em genética de populações brasileiras • detecção de hemoglobinopatias em recém-nascidos.

Serviços em Implantação:

- diagnóstico pré-natal de doenças genéticas
- programa computadorizado de auxílio ao diagnóstico de síndromes
- investigação de lipídoses em pacientes portadores de distúrbios neuropsiquiátricos
- investigação de substâncias potencialmente mutagênicas.

Marília B. Alves



Luciano Peres

Laboratório da Unidade de Genética Médica

Com a Quadra Um, espécie de calçada onde convivem veículos e pedestres, a Voluntários da Pátria abandona um pouco a imagem de rua de prostitutas e piveles

3x4 outubro/86 5

Voluntários da Pátria: A rua da gente

Quem pensa que conhece a rua Voluntários da Pátria sem nunca ter ido lá, não sabe nada do que se passa naquela rua. É preciso passar por ela muitas vezes para conhecer as muitas facetas que ali existem. Para muitas pessoas que nunca a visitaram esta rua não passa de uma associação de prostitutas, piveles, ladrões sempre prontos para darem o "bote" sobre os transeuntes, sujeira, etc. Mas para quem trabalha nela, ou simplesmente passa por ali diariamente, ela revela-se diferente.

A "volunta" na extensão que vai da Praça Rui Barbosa até o Viaduto da Conceição, tem "vida própria". Ali se compram bananas, roupas, bijuterias, material de ferragem, hortaliças e produtos de jardinagem, animais domésticos e silvestres, eletrodomésticos, enfim, é difícil não se encontrar alguma coisa por lá. É endereço de lojas pequenas, desconhecidas para muitas pessoas, e de grandes magazines. Mas não são apenas lojas que fazem a "vida da volunta". Nesta rua, encontramos lado a lado dezenas de camelôs, bancas de verduras, vendedores de todo tipo. De pulseirinhas, correntinhas, carteiras, relógios de pulso, e muitos outros produtos, sempre destinados a pessoas de baixo, ou quase nenhum poder aquisitivo.

A movimentação da rua é intensa durante todo o dia. Ônibus e pedestres andam lado a lado, ocupando os mesmos espaços, o que muitas vezes provoca acidentes, na maior parte deles, leves atropelamentos. Pessoas apressadas por todos os lados, vendedores anunciando seus produtos como podem, quase sempre no grito, lojistas convidando os transeuntes a entrarem em seus estabelecimentos. Fica difícil entender como podem conviver juntas tantas pessoas com atividades tão variadas e destoantes, durante, praticamente, todos os dias da semana. Aos sábados e domingos há algumas lojas que não fecham e muitas bancas também permanecem funcionando. Os lojistas que trabalham discretamente aos domingos, o fazem para atender a pessoas que vem do interior passar na cidade nos fins de semana, ao passo que os camelôs ficam ali para atender a qualquer um que passar pela rua. Seja da capital, seja do interior.

CAMELÔS

A fama da "volunta" deve-se ao fato de que o comércio que ali se estabeleceu há anos destinava-se principalmente a pessoas de baixo poder aquisitivo, e porque nesta rua durante a noite, até hoje, localiza-se um dos maiores pontos de meretrício da cidade de Porto Alegre. Hoje, porém, o trecho escolhido por elas é o que fica nas proximidades da rua Garibaldi. O espaço delimitado pelo Viaduto da Conceição e a Praça Rui Barbosa é o que apresenta maior movimento de pessoas. E justamente por ser um lugar de grande movimento, acaba se tornando um ponto atraente para desocupados.

A grande parte das pessoas que trabalha nesta rua é de origem humilde. Os mal-afamados camelôs, vendedores de frutas e outras "bugingangas" são quase

sempre pessoas que moram na grande Porto Alegre, e que têm nesta atividade o sustento de suas famílias. O cheiro de frutas, de fumaça, a sujeira que se amontoa pela sarjeta se confundem, mas estas pessoas mantêm-se firmes durante 10 ou mais horas do dia em seus lugares. Ali mesmo fazem suas refeições, usam um banheiro público na praça Rui Barbosa para atender suas necessidades fisiológicas, bebem água nos bares e tudo naturalmente como se estivessem em casa.

PSEUDOCALÇADÃO

O que faz com que as pessoas de um poder aquisitivo melhor pensem na Voluntários da Pátria como um "monte de lixo" é, principalmente, o fato de a grande parte dos pequenos lojistas não terem interesse em atrair para lá tais pessoas. As lojas de grande porte como a Graziotin, Imcosul, Mesbla, Ughini etc., que ali se instalaram nos últimos anos, estão tentando mudar este quadro. Para tanto, estão promovendo campanhas publicitárias, e, visando atrair pessoas de classes sociais mais privilegiadas, criaram a Quadra I, que exemplifica a tentativa de "humanizar" a até então "desumana" rua. O espaço para o trânsito de ônibus foi reduzido, ao passo em que a calçada para pedestres aumentou. Assim, o trecho entre as ruas Senhor dos Passos e Pinto Bandeira transformou-se em um "pseudocalçadão". As campanhas publicitárias passaram a mostrar um "outro lado da rua", convidando os porto-alegrenses a visitarem-na.

PONTO DE ÔNIBUS

Não se sabe ainda o resultado de tais movimentos, pois são muito recentes. É cedo para identificar mudanças no modo de "vida da rua", mas ao certo vai ser difícil mudar a com todas as suas peculiaridades. A Praça Rui Barbosa é ponto de ônibus para pessoas que vêm de municípios vizinhos para Porto Alegre. A própria Voluntários da Pátria, entre a Cel. Vicente e a rua Pinto Bandeira é final de linha de ônibus. Ao mesmo tempo a Praça XV, onde inicia a "volunta", é um grande terminal de ônibus do centro da capital. Dall saem coletivos que ligam o centro com diversos bairros. O grande burburinho que se registra na rua Voluntários diariamente deve-se ao fato de desembarcarem ali todas estas linhas de transporte.

A "vida da rua Voluntários da Pátria" origina-se do encontro de tantos trabalhadores que "lutam" pela vida na própria rua, desempregados que passam seus dias na rua esperando a oportunidade, ou alguma "idéia luminosa", para montar seu próprio negócio em um ponto tão repleto de gente.

Jorge Dalpiaz



Areia e lixo acumulam-se no leito do arroio

SMAM recuperará Arroio Dilúvio

O arroio Dilúvio, que acompanha a avenida Ipiranga numa extensão total de 8,5 km, foi sempre um dos grandes problemas de Porto Alegre, seja pela poluição de suas águas, que lhe dá um aspecto repugnante e provoca com frequência mau cheiro, seja pela sempre presente possibilidade de encher e invadir as ruas próximas. A situação, contudo, tem se agravado nos últimos meses, como afirma o arquiteto Carlos Goettems, diretor de obras e projetos de Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM): "O Dilúvio está tão entupido de lixo e areia, que uma chuva forte de cinco horas seguidas é suficiente para inundar a avenida".

Para tentar resolver o problema, o prefeito Alceu Collares criou um grupo de trabalho que, coordenado por Carlos Goettems, engloba ainda técnicos do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), Projeto Rio Guaíba, UFRGS, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entre outros órgãos. Esta equipe tem um prazo de seis meses para apresentar um projeto de controle da poluição e assoreamento (o depósito de areia no leito do arroio Dilúvio, e se reúne quinzenalmente para este fim. Paralelamente, a SMAM desenvolve um projeto paisagístico para as margens do Dilúvio, que prevê plantio de árvores e construção de passeios públicos.

Segundo o arquiteto Carlos Goettems, a poluição do arroio é devida a falta de um pré-tratamento dos esgotos despejados nas suas águas. Com a finalização do projeto Rio Guaíba, dentro de dois anos, os emissários cloacais da cidade receberão um tratamento prévio e a água lançada no Dilúvio será limpa, sanando o problema. Faltará então uma maior fiscalização dos laboratórios e hospitais que lançam seus dejetos químicos diretamente no arroio.

Bancos de Areia

A questão do acúmulo de areia na água é bem mais difícil de ser solucionada. Os bancos de areia se formam devido a erosão das encostas dos morros vizinhos a avenida Ipiranga. A urbanização clandestina e o conseqüente desmatamento desses morros faz com que, quando chove, terra e lixo sejam arrastados para dentro do Dilúvio. A situação é mais crítica entre a avenida Azenha e a Vicente da Fontou-

ra, onde o arroio está dois metros acima de seu leito normal, e próximo a Érico Veríssimo, local onde deságua o arroio Cascatinha.

Carlos Goettems propõe como solução uma série de medidas, que incluem um levantamento completo das áreas erodidas da bacia do Dilúvio. A partir daí, será necessário a remoção ou a pavimentação das vilas clandestinas e um controle rígido dos loteamentos, de acordo com o plano Diretor. Uma etapa futura exigirá a construção de bacias de amortecimento de vazão (espécie de piscinas que retêm a água), e barragens de madeira ou pedra para conter as encostas e re-florestamento.

Como a prefeitura de Porto Alegre não tem verbas suficientes para o projeto Dilúvio, tentará conseguir recursos junto ao governo Federal. Nesse ínterim, como medida emergencial, o leito do arroio está sendo constantemente dragado. O arquiteto Goettems, contudo, adverte: "Precisaríamos de, no mínimo, quatro dragas trabalhando ininterruptamente durante um ano, e só temos uma".

Recuperação Paisagística

A Associação dos Moradores do Menino Deus (AMODEUS) apresentou recentemente ao prefeito Alceu Collares a idéia de urbanização das margens do Dilúvio. A proposta foi passada a SMAM, que está desenvolvendo um projeto de embelezamento das calçadas, através da construção de pistas para pedestres e ciclistas, colocação de bancos e arborização de pequenas áreas junto aos postes e as pontes, com plantas como acalifas, lantanas, calhandras e jasmim amarelo. Para o fim de setembro deverá estar implantado o projeto piloto, numa extensão de 300m, entre as avenidas Azenha e Érico Veríssimo. Conforme a reação da população, a urbanização poderá se estender ao restante da avenida Ipiranga. Talvez, isso acabe não acontecendo, pois para conseguir recursos para a implantação, o prefeito Alceu Collares quer que a comunidade, especialmente os moradores da Ipiranga, colabore com a antecipação do pagamento do imposto predial.

Luciano Peres



Pseudo-calçadão inicia na Senhor dos Passos

Preparem-se, profissionais de jornais abertos. Esta é a melhor notícia para uma classe ainda impactada por dizimaram o mercado local. Jornal Correio retorna e até as rádios

6 3x4 outubro/86

O tradicional Correio do Povo retorna às bancas

O Correio do Povo está de volta, após uma sentida ausência de dois anos e um mês. A primeira edição desta nova fase do mais antigo jornal diário de nosso estado rodou no dia 31 de agosto, aquecendo o mercado jornalístico em suas velhas rivalidades e dando novas oportunidades de trabalho à categoria dos jornalistas.

Desde a portaria do jornal, o clima é de euforia, fundada em um certo orgulho de estar trazendo de volta, o que foi considerado um peso morto pela maioria das pessoas. O porteiro José confessa que não tinha esperanças de que o Correio pudesse voltar "mas que era uma necessidade para todos, principalmente para os leitores que perderam uma importante opção, ficando só com a Zero Hora". O sentimento de José é de todos: os gaúchos estavam

sem opção e o concorrente já não dava conta de sua tarefa de formador da opinião pública.

No andar térreo do velho prédio da Caldas Júnior está a área de marketing, na qual dois senhores começam a pôr em prática uma nova linha promocional para o jornal. O gerente de eventos Sérgio Bandeira de Meilo é categórico ao dizer "que o velho Correio era um jornal filantrópico, que deixava de cobrar contas em função de sua penetração social, o que além de deixar sérios prejuízos, esvaziava a ação do pessoal do comercial, que era preterido em função de um possível anúncio de graça. Isso acabou. Tudo o que for feito deve trazer um retorno a curto prazo, sem mais filantropia". O gerente de publicidade responsável pela promoção do Correio, Edmun-

do Soares, tem a mesma opinião e acredita "que desta vez é pra valer, o Correio vai com tudo que tinha de bom e mais as novidades desta nova etapa". A pergunta que fica é que novidades são essas?

A VOZ DOS LEITORES

Delmino Gritti, gerente da Livraria Prosa i Verso é um velho leitor do Correio e está contente com a volta do jornal mas discorda do gerente de publicidade Edmundo Soares. Segundo Delmino, "o Correio, está meio empoeirado, não mudou nada. Afora a satisfação de termos mais um jornal na cidade, a primeira leitura foi frustrante". O advogado Fernando Lopes, que durante muitos anos trabalhou na RBS, na área comercial, acha "o retorno uma piada, sem nada para acrescentar. Um retrocesso". Já o jovem produtor de

shows Paulo Ghisio, acredita que foi depositada nesta volta o Correio "uma expectativa muito grande que de qualquer maneira seria frustrada. O jornal terá de construir sua imagem e seu perfil diante de um público leitor que já não é o mesmo de 1984, e isso leva tempo".

O equilíbrio de Paulo Ghisio assemelha-se aos entrevistados mais jovens, deixando a impressão de que os antigos leitores do Correio foram menos receptivos ao jornal do que os novos. Isto reside no sentimento comentado pela cidade de verdadeiras viúvas, que ficaram desamparadas de seu jornal por dois anos e não escondem um certo rancor por isso, culpando indiretamente o Correio por seuprópriodesaparecimento.

NOVA ORDEM

Diante de tantas opiniões, uma certeza: o jornal tem um comando forte, centrado em uma única pessoa, Renato Ribeiro. Entre os funcionários do Correio ainda pairam algumas dúvidas sobre a origem deste plan-

tador de soja, que de uma hora para outra arrebatou o segundo maior império de comunicações do estado. Sem tempo para entrevistas, em meio a uma caminhada pelo corredor do segundo andar, que leva à redação, o diretor-editor Marco Antônio Kraemer resume o sentimento geral: "Estamos de volta, com força total, abertos e atentos para reencontrar nosso público leitor". O que até pouco tempo eram corredores vazios, marcados por antigas histórias, estão densamente povoados por funcionários, negociantes e principalmente curiosos, que vieram em tão grande número, que na semana anterior à primeira edição, foram proibidos de ingressar no prédio. A correria é autêntica de um jornal. A redação está lotada, com as máquinas a todo vapor, os contatos comerciais penduram-se por longos períodos no telefone e na madrugada, para o sossego de boa parte dos portogalenses, o Correio roda suas edições. Enfim, o jornal está de volta. Dan Ioschpe

Rádio: mercado de trabalho em expansão

O mercado de trabalho para jornalistas está em pleno reaquecimento em todos os veículos, mas em um deles, que jamais sofreu com a recessão, agora multiplicam-se as vagas. É o rádio, que já perdeu muito de sua força e prestígio, mas continua um meio de comunicação de ressonância na opinião pública. Em Porto Alegre, há cinco emissoras que dedicam a maior parte de sua programação ao jornalismo: Gaúcha, Guaíba, Difusora/Bandeirantes, Gazeta e Pampa.

A tradicional Guaíba está em fase de reestruturação. O novo proprietário instituiu grandes modificações, botou muita gente na rua e outros saíram por conta própria, abrindo várias vagas preenchidas imediatamente.

Nas pegadas da Guaíba está a Pampa, que imita o estilo e procura fazer um jornalismo de qualidade. Não tem conseguido muita audiência e os salários são baixos; mesmo assim, é um bom veículo para quem está começando. Atualmente, oferece vagas para redator.

A Gaúcha está em fase de expansão e em busca de uniformidade. Contratou quase todas as estrelas da Guaíba, mas mesmo assim não consegue se igualar na credibilidade e tradição.

Em agosto, a Gaúcha abriu duas vagas para repórter, que já foram preenchidas, mas está à procura de locutores.

A Difusora/Bandeirantes (a direção ainda não decidiu qual vai ser o nome) e a Gazeta são duas novas opções de jornalismo em rádio e de emprego para os profissionais. Ambas têm vagas para quase tudo, mas enfrentam os problemas de quem está começando. A Gazeta, por exemplo, não tem sequer uma redação organizada e muitas vezes falta material para o trabalho do jornalista.

DIFICULDADES

O radiojornalismo é um dos campos de trabalho mais fascinantes e também um dos mais difíceis. "O repórter de rádio precisa ter algumas características muito especiais", diz Valdir Barbosa Paz, chefe de redação da Gaúcha. "Uma delas é a agilidade: a notícia tem que chegar na redação o mais cedo possível". Tânia Regina, há 6 anos e meio trabalhando como repórter na Guaíba e há dois na Gaúcha, concorda com ele: "A informação não pode esquentar na mão de repórter," diz ela.

Outra característica apontada por Barbosa é a qualidade do discurso. "O repórter precisa estar bem informado sobre o assunto e

ter grande capacidade comunicativa. Não pode haver "buracos" na notícia, nem hesitações".

Barbosa compara o trabalho do repórter de rádio com o de um piloto de avião. "O repórter deve verificar se todos os botões estão ligados, se ele sabe o que vai dizer, se o entrevistado está atento e uma infinidade de outros detalhes, pois o menor erro pode pôr todo o trabalho a perder".

Para Tânia Regina, o trabalho do repórter é fascinante, mas tem suas frustrações. "Ele é um solitário", diz ela, "sai sozinho para a rua e tudo depende dele. Não é como no jornal, que sai um fotógrafo junto, ou na TV, que uma equipe toda o acompanha." Ela aponta também a falta de continuidade no trabalho como ponto negativo. "O repórter de rádio dá o "lead" e não tem como continuar em cima da informação, não tem como entrar em detalhes".

Outra característica bem marcante do repórter de rádio é a constante tensão no trabalho. "Principalmente no começo", diz ela, "porque ele não sabe os macetes e não conhece as fontes. Mas é bom que ele mantenha sempre esta tensão, pois vai possibilitar-lhe um bom trabalho".

Roberto Kovalick



Tânia: o repórter é um solitário

Surge no Bom Fim nova opção de jornal de bairro



Em São Paulo, a maior cidade do Brasil, os jornais de bairro são inúmeros e fazem parte do dia-a-dia das pessoas tal como uma Zero Hora em Porto Alegre. Consolidados e muito fortes, existem jornais de bairro em São Paulo que têm tiragens de até 100 mil exemplares, como o do bairro da Liberdade, reduto de imigrantes japoneses. Já em Porto Alegre a situação é bem diferente. Apesar do fato excepcional de que uma cidade deste tamanho tenha subsistido por tanto tempo com praticamente apenas um jornal, os jornais de bairro ainda não se afirmaram como uma alternativa. A prova disso é que muitos destes periódicos, apesar de já estruturados, quebraram, como foi o caso do Jornal do Moinhos de Vento e o do Bairrista, na zona sul.

"A grande dificuldade é firmar o produto como uma alternativa da mídia. E colocar na cabeça dos anunciantes e agências de publicidade que jornal de bairro é um bom veículo, mesmo que se restrinja a um espaço limitado". Quem fala é o jornalista Rafael Guimarães, da Gazeta Mercantil e também um dos três sócios do jornal de bairro mais recente na cidade:

o Jornal do Bom Fim. Para Rafael, o jornal de bairro apresenta-se como uma alternativa para aqueles profissionais cansados dos vícios e limitações da grande imprensa e também uma opção de trabalho para a turma "recém saída do forno" das faculdades. O único problema é que administrar uma empresa não é tão simples quanto escrever um texto e é aí que começam a surgir as complicações. "E por isto que a existência dos jornais de bairro é tão passageira.

Tem jornal abrindo hoje, rodando a primeira edição e fechando logo depois por falta de estrutura, e principalmente por falta de competência administrativa. O pior é que isso faz os anunciantes perderem a credibilidade".

Por que o Bom Fim?

O jornal do Bom Fim surgiu em junho deste ano. Mensal, com uma tiragem de 10 mil exemplares, o jornal está crescendo em volume: de 12 páginas iniciais, na terceira edição já passou para 16. Além disso, pode contar com a experiência de seus três sócios (fora Rafael, os outros dois são Sérgio Quintana e o vereador Kenny Braga) todos jornalistas e com uma experiência prévia em administração. Há dois anos que eles comandam uma editora - a Redactor - "que já trouxe muita dor de cabeça, mas também muita cancha", diz Rafael. Mas a escolha do bairro, como é que foi? "Escolhemos o bairro do Bom Fim por suas particularidades. É o bairro de maior densidade populacional de Porto Alegre. Não chega a ter quatro quilômetros de extensão, mas é habitado por mais de 20 mil pessoas. Agora isso, o Bom Fim é formado por uma classe média forte e possui um comércio bastante sólido. Mas, sobretudo, o que nos levou a fazer um jornal para o Bom Fim, especificamente, foi a grande tradição cultural que existe ali. Isto dá a perspectiva de se poder fazer um bom produto, não só pela riqueza de material, como pela própria exigência dos leitores.

O jornal pretende continuar circulando por muito tempo se as coisas continuarem como estão. A distribuição é gratuita. Mesmo assim, já na segunda edição, os anúncios foram suficientes para pagar o custo do jornal. Segundo Rafael, a intenção é manter a distribuição gratuita "apesar da velha idéia de que o que é dado de graça não é valorizado. O importante é ganhar o leitor pela qualidade. E isto nós estamos conseguindo, pois as pessoas já estão nos cobrando atrasos na edição, falhas na distribuição e coisas desse tipo", conclui Rafael.

Andréa Ribeiro

O desafio de fazer um jornal moleque

Fazer um jornal infantil é, antes de tudo, fazer um jornal moleque. Que tal uma xícara que voa? Simples, ela voa porque tem raio laser dentro. É preciso dar asas à imaginação, mergulhar na perspectiva da criança e não pensar nela como um adulto em potencial. Isso tudo, utilizando o esquema-chave desse tipo de publicação: o visual e a participação dos pequenos

Seria bom que os novos jornais gaúchos se aventurassem por esses caminhos criativos, retomando um espaço praticamente inexistente na cidade. No seu primeiro domingo, o Correio do Povo deu sinais de apostar na idéia apresentando, ainda que timidamente, a meia página do Correio do Povinho. No segundo domingo, ele já ocupava a página inteira. "Estamos em fase de economia. O material infantil está a nível de colaboradores. Somente mais tarde, poderemos ter uma equipe própria", explica Rozanné Adamy de Rosa, editora de Variedades. Por seu lado, o Diário do Sul, que chega em novembro, também pensou nas crianças, mas não adianta nada sobre seus planos.

Como pensar num jornal infantil sem contar com as cartas, os concursos, as promoções? "Recebemos em torno de 30 cartas por dia dos leitores", conta Bell Kranz, editora da Folhinha de São Paulo, um suplemento de mais de 20 anos da Folha de São Paulo e, atualmente, o que melhor faz jornalismo infantil no país. O visual colorido e, algumas vezes arrojado, busca atingir desde quem não sabe ler até o adulto que serve de ponte entre a criança e o jornal. O texto da Folhinha atinge a faixa etária de oito a 13 anos, um público que colabora bastante na medida em que já redige textos em cima de suas próprias vivências.

E nessa hora de decidir para quem o texto se dirige, há quem pense dife-



rente. A jornalista e escritora infantil Mery Weiss acha que a dificuldade maior do jornal infantil competente é conseguir um texto que atinja o maior número de idades possíveis. "Quando conto as minhas histórias, a do 'Papai virou cambalhota' por exemplo, faço rir crianças de seis anos do mesmo jeito que a de dez".

Crianças de seis a dez anos também participavam juntas da Folha da Criança, suplemento de sábado da extinta Folha da Manhã. Tamanho tablóide, a Folha lembrava muito a atual Folhinha de São Paulo. E se diferenciava bastante de rigidez de diagramação e texto do Correio Infantil, página de domingo da antiga fase do Correio do Povo. Apesar de serem da mesma empresa, eram equipes com propostas diferentes.

ZH NA SALA DE AULA

Ao lado das páginas com material do jornal O Globo (RJ) e tiras compradas de agências, a única página da ZH Quadrinhos produzida na redação da Zero Hora reproduz o projeto da empresa junto à rede de ensino. Segundo Ângela

Sarcani, uma das professoras que coordena o ZH na Sala de Aula, ao todo são mil crianças, em todo o Estado, a trabalhar com o jornal nas escolas.

O objetivo é exatamente este: estimular a leitura, principalmente de jornal, além de fornecer um material de apoio pedagógico. Estudiosos da Linguagem Infantil, como os americanos R. Baker e Robert Escarpit, acreditam que o público iniciante precisa tomar contato com o material escrito fora da sala de aula, sob pena do livro ser associado à obrigação. Pela ótica dessa teoria, o projeto ZH na Sala de Aula poderia ser questionado pelo didatismo evidente de seus textos.

Os projetos de jornais infantis na Zero Hora existem, mas até agora não foram postos em ação por prioridades a outros planos. Por enquanto, o jornal segue nessa linha de quadrinhos, apresentando sempre no seu aniversário, em maio, um suplemento anual que reproduz, em moldes infanto-juvenis, a Zero Hora como um todo.

Cassilda Golin Costa

Desde 1896, quando surge "Yellow Kid",
os quadrinhos têm aumentado
a sua importância cultural, a ponto de
serem considerados, hoje,
instrumentos de análise da sociedade.

8 3x4 outubro/86

HQ no Brasil: a dura batalha por um espaço

Num domingo de 1896, os leitores do "New York World" viram, curiosos, o aparecimento de um garoto chinês vestido com um camisolão amarelo e vivendo estórias satíricas dispostas em quadros, numa seqüência que misturava textos e ilustrações. O menino ficaria conhecido como o "Yellow Kid", criação de Richard Fenton Outcault, um norte-americano que, sem saber, lançava uma nova forma de expressão: as histórias em quadrinhos — as HQ como são conhecidas por estudiosos e colecionadores.

Do final do século passado, quando a temática humorística lhes valeu o nome de "comics", passando pela época de ouro dos anos 30 e 40, pela intelectualização na década de 50 e chegando a comercialização na atualidade, as HQ mantiveram sempre um grande público, recebendo também muitas críticas.

Frederico Jorge Barwinkel, colecionador há mais de 40 anos, conta que "antigamente, era comum a gente chegar em casa e encontrar as revistas no lixo, tinha que comprar escondido, porque achavam o quadrinho pernicioso". Para ele, "uma das grandes inimigas das histórias em quadrinhos foi a Igreja, que via neelas uma concorrência" e argumenta "as HQ prejudicavam as crianças por mostrarem bandidos e mocinhos; a Bíblia fazia a mesma coisa só que de modo menos atraente".



Esse tempo, ao que parece, já passou, mas o próprio Barwinkel afirma que "ainda existe muita gente de terno e gravata comprando gibis e pondo no meio de um jornal ou de uma Manchete, porque fica mal andar por aí com coisa de criança".

MERCADO

Hoje, pessoas das mais variadas classes sociais se habituaram a comprar quadrinhos, novos ou usados, para colecionar ou não. Nas bancas, há grande variedade de revistas dos mais diversos gêneros, a maioria da Editora Abril, que detém cerca de 90% do mercado.

A situação já foi diferente. No início da década de 70, muitas editoras colocavam a disposição do público um leque considerável de publicações. Podiam ser adquiridas revistas como "Os Flintstones", da Empresa Gráfica O Cruzeiro, "Superboy", "Superman" e "O Homem-Aranha", da Editora Brasil-América Ltda.; além da linha de publicações Disney da própria Editora Abril e revistas de empresas como a La Selva, Vecchi e Gráfica e Editora Penteados.

Com o tempo e em parte devido a crise do papel, a maioria deixaria de publicar e a Abril, fortalecida



por outras publicações de sua linha editorial, ampliaria seu número de revistas em quadrinhos.

Paralelamente, impulsionada pela pop-art, houve uma grande procura por revistas anti

"era um modismo, ficava bem comprar quadrinhos e, muitas vezes, se via gente comprando tudo quanto era porcaria para dizer que tinha revistas".

Paralelamente, impulsionada pela pop-art, houve uma grande procura por revistas antigas. Luiz Henrique Gonçalves, responsável pelo setor de HQ da Livraria Aurora, informa que "era um modismo, ficava bem comprar quadrinhos e, muitas vezes, se via gente comprando tudo quanto era porcaria para dizer que tinha revistas".

O modismo passou e a procura por revistas antigas se estabilizou. Luiz Henrique afirma que "em relação a venda de livros, os quadrinhos quase nada representam". O mesmo diz Ivo Alberto Almando, sócio-gerente da Martins Livreiro, que também mantém um pequeno número de revistas a venda. "A importância é mínima, temos porque sempre alguém procura".

Nas livrarias especializadas, como a Coletânea e a Londres, há um público fiel condizente com o número de publicações postas a sua disposição. Além dessas livrarias, revistas novas ou antigas podem ser encontradas em diversas bancas ao longo da cidade.

QUADRINHO NACIONAL

A Editora Abril mantém hoje o mercado em suas mãos, mas em suas revistas o quadrinho estrangeiro predomina sobre o brasileiro. Entretanto, não foram poucas as tentativas de modificar esta situação.

Em 1961, surgia uma das mais importantes iniciativas para promoção das HQ nacionais: a Companhia Editora de Trabalhos de Porto Alegre (Cetpa), que lançou personagens com envolvimento regional, publicados em revistas próprias e em jornais como a "Última Hora" e o "Jornal do Brasil".

Para Anibal Bendati, um dos que participaram da Cetpa, "houve problemas administrativos que aliados à não aceitação das estórias, consideradas de difícil entendimento fora do Rio Grande do Sul, fizeram com que a Companhia fechasse". Bendati questiona que "se as estórias da Cetpa não seriam compreendidas, imagine as do faroeste norte-americano".

No final dos anos 70, um outro grupo de desenhistas tentou furar o bloqueio à produção nacional. Criaram uma editora, a Graffpar, de Curitiba, que baseada na publicação de estórias satíricas mostra

ria o trabalho de artistas como R. Kussomoto, Mozart Couto e Flávio Collin. Com o tempo, a Graffpar foi a falência. Os valores revelados sumiram para reaparecerem, alguns, mais tarde, na revista carioca "Inter Quadrinhos", que quando começava a se estruturar teve seu fim decretado por incêndio na editora.

Hoje, a situação do quadrinho nacional continua muito difícil. Ele sobrevive em algumas publicações que apelam para o terror e a violência, como "Calafrio", da Editora D-Arte. Aqui em Porto Alegre, existe, desde 1982, a "Historieta" que, sem se preocupar com vendas, quer promover o quadrinho nacional, mais especificamente o gaúcho. Entretanto, a revista circula cada vez mais espaçadamente e enfrenta a não aceitação dos proprietários de bancas de jornais que não a querem vender.



A última tentativa é a dos Jovens Verde, Mauro, Alemão Guazzelli, Alice e Chico que há seis meses publicam a "Kamikaze", revista que objetiva mostrar o novo quadrinho gaúcho. E esse trabalho jovem aparece nas estórias de CB a borboleta, o Bruxo Bruto, Ceboso, as Baratinhas e Pulguinhas Mutantes, além de aventuras sem personagens fixos.

Nos jornais, ao menos, parece que o quadrinho brasileiro vê surgir uma luz no fim do túnel. Após a passagem do quadrinista e cartunista Ziraldo pela presidência da Funarte, foi criada uma agência para distribuição do material nacional. Assim, o público do Rio Grande através do jornal "Zero Hora" pode conhecer o trabalho de Angel, Paulo Caruso, Laerte e Clá. Mesmo que a arte de dois gaúchos, há muito esquecida pelos grandes jornais, não tenha sido utilizada. Na Agência Funarte, são distribuídas as tiras de quinze quadrinistas entre eles os dois esquecidos: Edgar Vasques, autor do Rango, e Santiago, do Macanudo Taurino Fagunde.

Luiz A. Ferrareto



Sebos: opção para quem procura obras já esgotadas

Depois do cruzado, sebos vendem mais

O mercado editorial brasileiro, que até 1984 vinha crescendo a um ritmo anual de 4 a 5%, deu em 1985 um grande salto, atingindo a cifra de 15%, enquanto as estimativas para 86 ficam por volta dos 20%. Como reflexo desta expansão, as livrarias que vendem livros usados, os tradicionais sebos, também passam por uma fase de prosperidade em seus negócios.

Um sebo, ao contrário do que se possa imaginar, é uma atividade muito séria, que exige muito amor e muita paciência do proprietário. Além, é claro, de um amplo conhecimento literário. Do contrário, o sebilista corre o risco de deixar escapar obras raras de inestimável valor. Muitas pessoas, porém, jamais entraram num sebo por imaginarem um local repleto de teias de aranha, traças e bactérias transmissoras de doenças. Os frequentadores, contudo, desmentem essa idéia com um sorriso: se o livro usado transmitisse algum tipo de doença, muitos livreiros antigos na praça já teriam desaparecido...

GRANDE PROCURA

A Martins Livreiro surgiu em 1948 e foi a primeira livraria de Porto Alegre a trabalhar com livros usados. Hoje, a casa já não pertence ao seu Martins, pois ele preferiu vendê-la ao genro para dedicar-se exclusivamente a sua editora, especializada em obras sobre história do Rio Grande do Sul. Ivo Alberto, um dos sócios da livraria, abandonou a profissão de engenheiro civil e investiu no comércio de livros usados. Não se arrependeu. Segundo ele, a procura do livro usado, que já era grande, aumentou ainda mais depois do plano cruzado.

Essa opinião é compartilhada por José Monteiro de Assis, da Livraria Nossa Senhora das Dores. Seu Zé, como é conhecido pelos frequentadores, trabalha no ramo há 33 anos. Começou quase que por acaso, a convite de seu cunhado, que era proprietário da loja. Segundo ele, o convívio com os clientes lhe ensinou tudo que sabe sobre livros. E acrescenta: "Meus clientes são a minha vida. No momento em que eu magoou um cliente por qualquer motivo, não poderia continuar como livreiro, porque eles são a minha família".

O bom relacionamento entre

cliente e proprietário é um dos segredos do negócio. Laíson Ribeiro, 34 anos, funcionário público, assíduo frequentador de sebos, diz que a diferença entre o sebo e a livraria comum não se limita ao preço e estado de conservação dos livros. Para ele, um ponto muito importante é o relacionamento direto que existe entre o comprador e o proprietário, o que normalmente não ocorre nas livrarias que trabalham com livros novos.

A Livraria Aurora, fundada em 1956, é a melhor prova de que o mercado de livros usados vai muito bem. Em menos de dois anos, a Aurora abriu três filiais. Seu proprietário, Eduardo Luizelli, diz que a grande procura do livro usado se deve, principalmente, ao alto custo do livro novo. Além disso, explica ele, os sebos são a única opção para quem deseja encontrar uma obra que esteja esgotada. José Monteiro de Assis, da Nossa Senhora das Dores, concorda com ele e calcula que suas vendas, durante os seis primeiros meses deste ano, aumentaram 140% em relação ao mesmo período do ano passado.

"MARKETING" CRIATIVO

Decidida a disputar uma fatia do lucrativo negócio de livros usados, surgiu há dois anos a Livraria Papyrus. Utilizando uma estratégia de marketing que inclui descontos na apresentação de cupons e brindes como radinhos de pilha e máquinas fotográficas, a Papyrus, em sua curta existência, já conseguiu se tornar tão conhecida como suas rivais mais velhas. O proprietário, George Augusto Barbosa da Silva, 26 anos, explica que a livraria, por não dispor dos mesmos recursos financeiros que as grandes lojas, tenta compensar essa deficiência de outra forma. Isso pode ser notado pelo grande número de quadros pendurados nas paredes e também pelos tapetes que cobrem o assoalho.

As inovações introduzidas pela Papyrus incluem também o funcionamento da loja aos sábados à tarde, ao contrário das demais livrarias. Dizendo que seu investimento tem apresentado retorno, George garante que o mercado para os sebos ainda está longe de se tornar saturado. Mas adverte: "A concorrência existe. Se pudessem, eles comprariam minha loja. Eles gostariam que eu não existisse."

Élbio Resende

Mineiro de Três Pontas, o tecladista Wagner Tiso é um dos mais requisitados arranjadores do Brasil. Com 39 anos, quase todos dedicados a música, Wagner tem seis discos individuais gravados, todos de MPB instrumental. O músico, companheiro inseparável de Milton Nascimento, é um dos instrumentistas que mais vende no Brasil — uma média de 50 mil cópias. Em setembro, Wagner Tiso esteve em Porto Alegre, pela primeira vez, para participar do primeiro MPBJazz. Nesta entrevista Wagner nos fala de sua carreira e analisa a situação da música instrumental brasileira.

3X4 — Como foram teus primeiros contatos com a música?

WAGNER — Sou descendente de uma família de ciganos, onde todo mundo é músico. Desde menino tive contato com vários instrumentos: violinos, acordeons e pandeiros. Minha família veio toda da Hungria, passando pela Romênia e Itália, vindo parar em Três Pontas, sul de Minas. Na minha infância tocava acordeon nas ruas de Três Pontas e das cidades vizinhas. Depois comecei a fazer balles pelo sul de Minas, inclusive com o Milton (Nascimento) que era o cantor de meu grupo. Através dele a

Música e magia nas mãos de Wagner Tiso

gente descobriu o jazz e a Bossa Nova. Com o tempo fomos tocar em Belo Horizonte e no Rio. A minha grande escola foi mesmo tocar em balles e boates.

3x4 — Como começou a parceria com Milton Nascimento?

WAGNER — Eu e o Milton nascemos na mesma rua. Desde menino, 7-8 anos, a gente já se via na rua, indo para a escola. Fizemos o ginásio juntos, ele numa sala e eu na outra, pois o Milton é dois anos mais velho. Mas a gente estava sempre em contato, de repente vi que ele tocava violão e gaíta. Ele descobriu que eu tocava acordeon, então começamos a nos unir e formar grupinhos pelo interior de Minas, lá pelos idos de 50 e poucos, quase 60.

3X4 — A música CORAÇÃO DE ESTUDANTE, popularizou mais teu trabalho junto ao grande público. O PMDB usou a música na campanha. Isto te desagradou muito?

WAGNER — Esta história foi chata a música participou de um momento importante para o povo — a campanha pelas Diretas Já. Eu sou do PT no Rio, e liberei minhas músicas para o partido. Todas, menos esta, porque ela tem uma conotação maior pela participação dela em tudo que aconteceu. Achei uma injustiça, até mesmo uma sacanagem o PMDB e o PTB terem usado a música em benefício de

seu próprio partido, e não em benefício geral. Então, a gente teve problemas, mas nunca cobramos dinheiro por isso. Apenas exigimos retratação pública e que eles retirassem a música das campanhas.

3x4 — Tu compuseste a música CORAÇÃO DE ESTUDANTE para um filme, como é compor sob encomenda?

WAGNER — Eu gosto muito de compor em cima de imagens. Em meus discos crio um clima, um caso, e como não tenho letra sugiro imagens visuais na música. E filmes eu gosto de fazer, pois você já trabalha com imagens definidas, basta apenas musicar. No filme você transa com a cena. O principal é retratar o momento através da música, pode ser bolero ou clássica. A música CORAÇÃO DE ESTUDANTE saiu de uma cena, o Comício da Central do Brasil, onde João Goulart fez seu último discurso, antes de ser deposto. Era um momento de tristeza e de tensão. Logo depois o Brasil ia ficar 21 anos sob ditadura militar. A música retrata a tristeza e ao mesmo tempo a esperança daquela época, só que demorou mais de vinte anos.

3x4 — Tu sentes alguma diferença em tocar no palco ou no estúdio?

WAGNER — Sou definiti-

vamente um homem de palco. Detesto estúdio, a merda é que desde 76 eu vivo dele. Trabalho é ganho a vida fazendo arranjo para os mais variados cantores. Se bem que agora estou muito mais no cinema. Mas o grande barato é o palco.

3x4 — Como está o teu trabalho, o que estás fazendo no momento?

WAGNER — No momento eu tô no estúdio. Infelizmente é estúdio. Ultimamente tenho variado, um disco gravo no estúdio e outro no palco. Neste último LP o som é mais acústico.

Trabalhei uns tempos com teclados eletrônicos, mas enjoou, não quero mais. Gosto de variar, agora quero fazer um som bem mais acústico. Estou transando também a trilha sonora de três filmes. Fora isso, tenho o compromisso de fazer concertos de Jazz na Europa, o ano que vem.

3x4 — Tu falaste em som acústico eletrônico. Tem músicos que realmente se negam a usar instrumentos eletrônicos. Como tu vê a discussão em torno da questão?

WAGNER — O instrumento eletrônico é uma realidade, não dá para negar. Há alguns centenários atrás, quando o piano foi criado, muitos disseram que ele ia acabar com o cravo e substituir uma orquestra. Só que não aconteceu, porque realmente nenhum instrumento substitui outro. Tudo evolui, o importante é a intenção das pessoas em relação ao novo. Eu acho que alguns músicos estão entrando de cabeça nos instrumentos eletrônicos, se li-

mitando a apertar um botão e tocar um pouco para acompanhar.

3X4 — Como vai o ensino de música no Brasil?

WAGNER — O ensino de música brasileiro deixa muito a desejar já há muitos anos. As pessoas que mais entendem de música por aqui foram estudar no exterior. Mas existem músicos que estão interessados em mudar esta realidade. Eu mesmo, juntamente com o Milton, fiz uma escola em Belo Horizonte. Lá tem de tudo. Você toca, ouve e aprende. Paralelamente existem programas de rádio, mostrando o que a turma está fazendo. Estamos conquistando espaços. O objetivo da escola é desobstruir o eixo Rio-São Paulo que reúne pessoas do Brasil todo, brigando por um espaço mínimo e super saturado.

3x4 — Como tu vê a situação da música instrumental no Brasil?

WAGNER — A música instrumental tem o lugar dela, é uma questão de se acreditar nisso. É que o Brasil não tem uma tradição milenar de ouvir música tocada, como os Estados Unidos e a Europa. No Brasil, as pessoas usam a música para se divertir, não para realmente ouvi-la. Mas a situação já melhorou muito em relação as décadas de 50 e 60, quando um músico com um violão na mão era preso. Hoje em dia não, até pessoas de família tocam (risos). Agora existe o trabalho de tornar esta música um produto vendável, usável como qualquer outro.

Ana Lúcia Fumegalli

Novos acordes com Qualquer Nota



O rock gaúcho em revista

A idéia surgiu em janeiro quando um grupo de sete pessoas decidiu criar um veículo que divulgasse a música gaúcha, principalmente o rock. Em maio, vindo de Londres, Carlos Saul Duque integrou-se ao grupo, disposto a levar o "negócio a sério". Durante seis meses o grupo percorreu um caminho de dificuldades, prevalecendo a vontade e o "amor a camiseta", sem nenhuma forma de remuneração.

Prova disto é o processo de registro da revista Qualquer Nota na Junta Comercial e no Cartório de Registro Especial. Foi necessário esperar mais de um mês para obter a regularização da revista porque o jornalista responsável desistiu obrigando o grupo a procurar outro profissional, Vera Quadros, ex-aluna da Fabrice. A partir daí "Qualquer Nota" começou a se concretizar restando apenas quatro de seus organizadores iniciais: Carlos Marga, Vera e Ricardo Medaglia. Houve também dificuldades na obtenção de patrocinadores e apoio a revista, inclusive das gravadoras de discos que

limitavam-se a fornecer releases. Segundo Carlos "era um lavar de mãos e ver no que aconteceria, a maioria não acreditando na idéia".

Após o primeiro número, o grupo já recebe material completo de divulgação e é convidado a assistir aos shows ou participar de promoções em bares da cidade.

Não existe um esquema de comercialização da revista, apenas pontos de circulação como bares, bancas, lojas de discos e estúdios de gravações. Aqui na faculdade a revista "Qualquer Nota" pode ser encontrada no bar da Lena ao preço de Cz\$ 12,00 com 32 páginas.

Traçar um perfil da "Qualquer Nota" parecia um tanto difícil a partir do seu primeiro número. Isto porque ainda existia indefinições na linha editorial a ser seguida. Atualmente, Marga já não faz mais parte do grupo por divergir do enfoque da revista. Ela era favorável a abertura do tema para outras áreas musicais não ficando apenas em rock.

Carlos Duque diz que "existe um mercado em potencial muito próprio e um espaço muito importante a ser conquistado no Estado". Para ele as revistas que falam do rock são nacionais, não tratando especificamente do que se faz em cada região do país. A revista "Qualquer Nota" pretende assim ser a "vitrine" do rock gaúcho ao divulgar e registrar suas manifestações.

As primeiras críticas ao número um da revista partiram dos estudantes de jornalismo da faculdade, talvez porque dela participam mais dois colegas, Gilberto e Ary, o que

tornou a circulação próxima de todos.

Para Angela Sander, faltou profissionalismo e definição de proposta. "Ou era só uma coisa que as pessoas gostavam?". Ela questiona o preço, em comparação ao da revista Bizz (Cz\$ 20,00), visto a enorme diferença de qualidade deixa no ar uma observação, referindo-se ao cartaz promocional: "Melhor revista de rock?".

Já Lillian de Moura acha "inútil" uma revista de rock para Porto Alegre, ficando resumida assim: "onde tem show, qual é a banda e o disco...". Leonardo Sartori disse preferir a Bizz, apesar de achar interessante a diagramação e as matérias curtas da revista.

A Lena do bar observou que "muita gente achou caro e não comprou". Beto Souza achou a iniciativa ótima com qualidade razoável no primeiro número. Lembrou que "as pessoas falam e criticam muito mas fazem pouco".

O que foi explícito no aparecimento da revista "Qualquer Nota" ultrapassa a mera ocupação de espaços. O rock, redescoberto há pouco tempo, está sendo consumido por uma grande fatia da juventude gaúcha que necessita de maiores informações sobre suas bandas, locais de encontro e novidades.

A definição específica não garante a viabilidade da revista "Qualquer Nota". Superando as limitações, conforme reconhece Carlos Duque, e partindo para um trabalho "maduro" a revista "Qualquer Nota" poderá se firmar no mercado e adquirir respeito no meio musical.

Alvaro Grohmann

Pouco espaço para os de fora

Assobios, protestos, pés batendo contra o chão. Era o último dia do IV Videobrasil, realizado em São Paulo de 26 a 31 de agosto. A entrega dos prêmios e a exibição dos vídeos vencedores já estava atrasada quase uma hora e nenhuma explicação tinha sido dada ao público de 260 pessoas, que se espremia numa sala que comportava, no máximo, umas cem. Era o coroamento da bagunça institucionalizada pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Fotóptica, os promotores do evento.

Mas parte dos problemas do IV Videobrasil até podem ser considerados aspectos positivos. A superlotação do Museu da Imagem e do Som, palco do festival, se por um lado mostra a incompetência da organização em não conseguir um local maior, pelo outro prova o aumento do interesse em torno do vídeo. "Nem nós esperávamos tanta gente mas isto foi bom porque fica claro que o vídeo já ocupa um espaço significativo na vida das pessoas", coloca Solange Oliveira, coordenadora do festival.

Para atender a "sede" por vídeos das pessoas, não faltaram opções para todos os gostos. Se na mostra competitiva faltaram lugares, o mesmo não aconteceu com as mostras paralelas. Para os aficionados em novidades internacionais, havia a Mostra Norte-americana de vídeo contemporâneo e alguns trabalhos da Alemanha, França, Inglaterra e Canadá. Os adeptos da video-arte, forma onde o mais importante é a busca de novas linguagens, foram brindados com exibição de boa parte da videografia de José Roberto Aguilár, considerado o "pai" da video-arte no Brasil. Por fim, além dos debates e seminários (às vezes os participantes não apareciam), havia mais de 150 vídeos, que não foram selecionados e que estavam à disposição do público, na videoteca do Museu da Imagem e do Som.

CARÊNCIA DE IDÉIAS

Dos 40 vídeos selecionados na mostra oficial, a tônica foi a excelente qualidade técnica da maioria. Segundo Tadeu Jungle, redator da Folha de São Paulo e participante nos quatro festivais já organizados, "houve apuro técnico na elaboração do material mas registra-se uma carência de idéias". Para ele, ainda não se descobriu que vídeo não é cinema, nem televisão, muito menos uma variante escolar do Super-8.

De certa forma, esta falta de originalidade foi marcante naqueles trabalhos que se caracterizavam como "experimentais" ou se auto-proclamavam "video-arte". Em vários vídeos houve uma preocupação excessiva com a técnica e a busca incansável de uma linguagem alternativa deixando de lado a mensagem do tra-

balho. Poucos foram os vídeos que conseguiram aliar uma idéia bem trabalhada com uma forma original de mostrar esta idéia. Alguns, como o próprio Tadeu Jungle, bem que tentaram apresentar novidades de conteúdo. Em seu vídeo CRYTH M (O) X, inovou ao mostrar cenas de sexo explícito equíno e detalhadas imagens da matança de um porco em uma fazenda. Apesar de corriqueiras, as imagens mostradas no vídeo causaram uma certa repulsa no público, que chegou a ensaiar algumas vaias.

"VÍDEO SP"

"O festival Videobrasil é o mais importante veículo de produção independente do Brasil". A declaração de Henrique de Macedo Netto, vice-presidente da Fotóptica é incontestável, mas se olharmos os trabalhos selecionados e premiados chegaremos à triste conclusão que só se produz vídeo no Brasil na cidade de São Paulo. 84 dos 40 vídeos selecionados são de São Paulo e todos os dez premiados (bitolas U-Matic e Vhs) são paulistas. Para Solange Oliveira, coordenadora do festival, foi uma surpresa constatar a total hegemonia de São Paulo já que no terceiro Videobrasil ganhou um trabalho de Pernambuco e no segundo, um gaúcho (Beijo Ardente-Overdose, de Flávia Moraes e Flávio Alvarez) ficou com o segundo prêmio. Solange garante ainda que não faltou divulgação. "Mandamos telex para todos os jornais". O problema passa a ser então a publicação desses telex, já que muitos jornais nem sempre tem espaço ou vontade de publicar releases. A Zero Hora, por exemplo, não publicou uma linha sequer sobre o Videobrasil e só no último dia do festival se soube (pelo RBS Revista) que estava ocorrendo em São Paulo o mais importante evento de vídeo do país.

Sérgio Xavier Filho



Nas salas lotadas, apenas vídeos de SP

Só em São Paulo foi diferente. Lá, a Folha de São Paulo deu toda a cobertura para o festival, chegando a publicar ainda no mês de julho, todos os trabalhos selecionados. Além disso, a organização do festival investiu em publicidade e espalhou cartazes pelos bares paulistanos. Para completar, a TV Cultura deu apoio cultural, abrindo espaço na sua programação para o Videobrasil.

PATINHO FEIO

Talvez tenha sido a publicidade um dos fatores fundamentais, não só para a inscrição em massa de vídeos de São Paulo, como também para o grande comparecimento do público ao festival. Um público que adotou um comportamento típico de espectadores de festivais, que reage com aplausos ou vaias a tudo aquilo que gosta ou não. Prova disso foi o dia da entrega dos prêmios, logo após a divulgação de uma carta do júri do festival que decidia transferir o grande prêmio da categoria VHS para a categoria U-Matic. A resposta veio rápida. Uma vaia geral que Marcelo Tas (o Ernesto Varela, conhecido repórter do programa Olho Mágico) que havia lido a carta, tirou de "letra". "Felizmente essas vaias não são para mim e sim para o júri composto por Décio Pignatari, Telê Vasconcelos, Sílvio Back, Walter George Durst, Cândido Mendes e Marcos Galarsa". Quem vaiava, começou a rir, mas não por muito tempo. Ao subir ao palco para receber um dos quatro prêmios destinados aos vídeos em VHS (Cz\$ 7.000), Luis Cândido Lins que realizou Um homem precisa ser bombardeado: "O VHS continua sendo o patinho feio do festival. É uma vergonha nacional".

Mesmo os premiados em U-Matic, que foram beneficiados pela medida do júri já que passaram a receber além dos quatro prêmios estabelecidos, dois grandes Prêmios (Cz\$ 38.000), repudiaram a transferência do Grande Prêmio VHS. "Não concordamos com o júri", resumiu Leonardo Crescenti Netto, realizador premiado de A pedra ouve passar o vento.

De um modo geral, o público achou a premiação justa, à exceção de um dos Grandes Prêmios, VT preparado que chegou a ser vaiado no segundo dia sobre os outros premiados, quatro documentários, quatro experimentais e uma ficção ficou a certeza que tecnicamente o vídeo alternativo já está praticamente no mesmo nível da televisão comercial. Falta, apenas um aprimoramento no conteúdo das produções, se bem que alguns trabalhos mostraram que merecem ser vistos por um público bem maior do que o que prestigiou o festival.

Sérgio Xavier Filho

Sabotagem está matando o Super-8

Vivemos hoje um momento em que o videocassete é uma realidade tão acessível para a classe média quanto a televisão a cores, a máquina de lavar roupa ou a torradeira elétrica.

No rastro da facilidade de aquisição do aparelho, vieram as locadoras de vídeo, as revistas especializadas, as produtoras independentes e os festivais. O Videobrasil, em São Paulo, teve este ano 200 inscritos para 40 vagas. Será o reflexo de uma nova era? Conseguirá a televisão finalmente obscurecer o brilho do cinema?

Segundo Giba Assis Brasil, diretor de vários filmes gaúchos de sucesso, esta diferença entre "vídeo" e "cinema" não existe. "No momento em que a imagem é registrada em movimento, é cinema. Apenas os processos são diferentes", explica ele.

Giba fez sua estréia em cinema na bitola Super-8, nascendo daí inclusive longa-metragens, como Deu Pra Ti Anos 70 e Inverno, o que era ousadia na época. Nesta época, o Super-8 era uma forma alternativa de se fazer cinema, como é hoje a produção em vídeo. Fugindo do esquema já estabelecido de produção e divulgação, tanto o vídeo como o Super-8, segundo Giba, apresentam a vantagem de o

realizador ter o controle de todo o processo, desde a produção, até a distribuição e exibição. Ele acrescenta que "se alguém vai ganhar dinheiro com o teu filme, é tu". Desvantagens? A falta de espaços para exibição.

FILHOS DO SUPER-8

Na opinião do crítico de cinema Júlio Ricardo da Rosa, "o Super-8 sempre foi uma bitola marginal em todo o cinema brasileiro. Mas ele é muito importante, aqui no Rio Grande do Sul, porque foi a partir do Super-8 que começou a surgir toda a produção gaúcha em 35 mm. Verdes Anos, Me Beija, Aquelas Dois são filhos do Super-8".

Essa bitola caseira, "de filmar festinha de aniversário", como define Júlio, que foi mais longe e formou um movimento cinematográfico no Estado, hoje está morrendo, sem condições técnicas de sobreviver.

A começar pela câmera, quem deseja fazer um filme em Super-8 esbarra com problemas de manutenção do equipamento. A matéria-prima, ou seja, a película, é difícil de encontrar. Além de só existir a cores, o que limita muito as possibilidades, filmes com determinadas sensibilidades estão fora do mercado há anos. Além disso, só há um laboratório no Brasil que co-

loca pista sonora nos filmes, e este laboratório fica em São Paulo, além de seu trabalho não ser bom.

SABOTAGEM

Giba acredita que isto se deve a uma espécie de sabotagem da indústria do vídeo ao Super-8. Mas ele acha, também, que o vídeo ainda não tem condições de substituir o Super-8, por apresentar diversas falhas, principalmente na qualidade de edição e exibição. "O telão tem uma qualidade muito baixa", explica ele. "qualquer projetor de Super-8 dá uma imagem melhor. Estamos, atualmente, num impasse: se há três anos a melhor opção para quem queria começar a fazer cinema era o Super-8 e daqui há dois anos o melhor vai ser o vídeo, a pergunta é: e hoje, como é que fica?"

Luis Henrique Canani, realizador de filmes em Super-8 na categoria animação, como Himeneu e Espantoso, acredita que o vídeo vai acabar suplantando o Super-8, mas muito mais pela mesma sabotagem citada por Giba Assis Brasil do que por desinteresse dos realizadores. Para ele, em particular, isto é atualmente um problema, pois como o cinema de animação é filmado quadro a quadro e depois montado, os bons resultados em vídeo dependem de uma excelente edição, o que ainda não é possível.

PRODUÇÃO CONTINUA

Segundo a AGACINE, entidade que promove anualmente o Festival do Cinema Super-8, paralelo ao Festival de Cinema de Gramado, não é verdade que a produção nesta bitola tenha diminuído. Hoje, o número de filmes inscritos no festival continua sendo o mesmo de há cinco anos atrás, cerca de 60 a 70. O que mudou foi a qualidade técnica, que está muito baixa.

Uma das diferenças entre vídeo e Super-8 hoje, no Brasil, é a relação custo-benefício. Mesmo que não se tenha ainda uma boa qualidade técnica no equipamento, edição e exibição do vídeo, caminha-se nesta direção, ao passo que o Super-8 se torna cada vez mais inviável. Ao mesmo tempo, estão surgindo associações de produtores de vídeo, criam-se novos espaços para veiculação e mesmo algumas emissoras de televisão estão abrindo espaço para produtores independentes.

Neste ritmo, é possível que o Super-8, que um dia já foi alternativo ao cinema comercial em 35 mm, venha a renascer de suas próprias cinzas, como cinema alternativo ao videocassete, caso sejam encontradas maneiras de minimizar os problemas técnicos que a bitola enfrenta atualmente.

Maria Lúcia Thiesen Badojo

Cobra, o herói da violência na era Reagan

Os filmes sobre a violência existem desde o início do cinema. Até os trabalhos como as comédias "pastelão", com o "Gordo e o Magro" ou os "Três Patetas, já continham uma certa dose de violência, pois as cenas engraçadas eram justamente as em que eles agrediam mutuamente, com tortas sendo jogadas uns nos outros, ou dando pauladas na cabeça de alguém.

Quando este tipo de filme saturou, descobriram nova fórmula de atração, com os vários tipos de "faroeste", onde quem melhor personificou o papel de "mocinho" foi o durão John Wayne. Contudo estes trabalhos cinematográficos não acabaram, sendo apenas produzidos em número menor.

A segunda Guerra Mundial, com toda a sua violência, gerou centenas de filmes, apontando sempre cenas de batalhas, bombardeios das cidades, a morte sanguinolenta dos soldados e a perseguição e morte de judeus nos campos de concentração. Estes filmes renderam e continuam rendendo milhares de dólares, sendo geralmente sucesso de bilheteria.

E depois, parece que as filmagens compostas de situação violenta deixaram de ter tanto destaque, dando lugar aos grandes musicais, que por muito tempo foram a atração nos cinemas.

NOVAS VIOLENCIAS

Nos anos sessenta, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra Mundial, deu-se o início de uma nova fase de exploração cinematográfica da violência em cena, com as filmagens sobre esta nova guerra, onde filmes como Apocalipse, Franco Atirador e outros obtiveram êxito de bilheteria.

O aumento da violência no mundo inteiro originou a exploração da mesma com filmagens do tipo Rambo e Cobra, nomes curtos e secos e que soam como socos, são os mais recentes trabalhos cinematográficos que trazem como brinde à violência, um conteúdo cheio de agressão, tentando passar uma imagem de solução para um a sociedade que enfrenta grandes problemas na parte da cefala dos cidadãos.

No caso de Cobra, Sylvester Stallone, ator preferido de Ronald Reagan, é um polícia de Los Angeles, que tem por especialidade acabar com os criminosos. A única coisa que Cobra sabe fazer é matar, e com uma violência brutalizada, maior ainda do que a dos "criminosos".

Na verdade, a violência sempre existiu nos filmes. Ela apenas aparecia de forma diferente e de acordo com a época. Nos filmes atuais, caracteriza-se a violência urbana, na qual não se sabe se é o "mocinho" ou o "bandido" que é o mais violento. O público destes filmes são pessoas que apreciam o tema, talvez por ter uma identificação com a nossa época, com a realidade que estamos vivendo, sendo que casos de policiais como Cobra estão diariamente presentes nos jornais, na TV e na rua.

Maria Mirta Franzen Seidel

As obras de arte escapam dos ambientes aristocráticos e podem ser encontradas não só nos museus e galerias mas também nas ruas

Crédito fácil para vidas difíceis

Se depender dos líderes do PFL e dos empresários cristãos, teremos em breve a diminuição das desigualdades sociais. Isso porque foi aberta uma linha de crédito para mulheres da periferia, de forma a integrá-las melhor ao sistema produtivo do país. A nova medida entrou em vigor no mês de agosto e permite a todas as bordadeiras, costureiras e bodegueiras das vilas de Porto Alegre desenvolver suas atividades micro-produtivas dentro do projeto-piloto de apoio as atividades econômicas informais, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). A idéia partiu da consultora da UNICEF no Brasil, Arabela Chiarelli, mulher do candidato do PFL ao governo do Estado, baseada num trabalho semelhante feito na Colômbia.

As vilas Beco do Adelar, Ilha Grande dos Marinheiros e Planalto foram as três áreas escolhidas para iniciar o projeto, que abre uma linha de crédito através de um fundo rotativo de Cz\$ 600 mil. Essas comunidades vêm sendo trabalhadas para que se dividam em grupo de comércio, de produção e prestação de serviço. Um grupo pode ser composto por no máximo cinco pessoas, sendo possível a cada uma delas retirar até Cz\$ 4 mil. "É um financiamento que permite a mulher conseguir um capital de giro para a sua produção", diz Tânia Machado, gerente executiva do projeto. Muitas vezes, as mulheres deixam de exercer sua profissão por não ter dinheiro para comprar o material básico. É o caso de Edelvira Pereira Leal, moradora do Beco do Adelar, que só retomou o seu trabalho quando surgiu a linha de crédito. Ela retirou Cz\$ 4 mil e gastou a metade em tecidos. A outra parte depositou no banco, como garantia de pagamento da primeira prestação, que tem medo de não poder pagar.

Um medo, aliás, comum entre as mulheres, que consideram muito curto o período de

pagamento das cotas do empréstimo. Dependendo de sua atividade, elas recebem um crédito de 30 dias, pago em quatro cotas semanais. Neste plano se inserem as comerciantes. Porém, há outras que precisam de tempo para confeccionar e vender seu produto, e, no caso elas se inserem num tipo de plano que permite saldar o empréstimo em três cotas mensais.

APROVAÇÃO DO MARIDO

Existe ainda um problema fundamental que as mulheres têm de enfrentar: a aprovação do marido. Edelvira Pereira Leal conta que algumas de suas amigas se entusiasmaram com a idéia e não puderam se beneficiar do projeto porque o marido não autorizou. "Mas, eu estou sem palavras para agradecer", revela com largo sorriso e depois tenta lembrar as siglas das entidades que a auxiliam.

No pagamento do empréstimo não são acrescidos juros, conforme explica Tânia Machado, "apenas uma taxa de 2% sobre o valor solicitado". No momento em que um empréstimo é resgatado, já é possível requerer outro. "A garantia de pagamento é de responsabilidade do próprio grupo", esclarece. Recebido o dinheiro, as mulheres são capacitadas a gerir tal verba. As assistentes sociais orientam como registrar lucros e despesas, onde melhor comprar e vender.

Jurema Barreto, presidente da Associação dos Moradores do beco do Adelar, diz que as mulheres estão gostando do projeto, pois elas já estão cansadas de conversas e promessas. Admitiu, no entanto, que pode haver questões políticas por trás, porém, "seja política mas seja saudável", repetiu insistentemente. Depolimento que de alguma forma é semelhante ao de Tânia Machado, ao dizer que os empresários, por sua vez, não só abatem o imposto de renda como estão preocupados em colaborar socialmente.

Ana Lúcia Ribeiro



Estação Trensurb — painel de Clébio Sória

A socialização leva a arte para a rua

A arte, em todos os tempos, esteve confinada em igrejas, palácios, museus e nas mãos de colecionadores. Este confinamento foi levado à extrema radicalidade: os proprietários guardavam esta arte em cofres ou salas especiais, não abertas ao público. Tal veneração escandalosa do objeto estético distanciou a arte do povo e do seu destino: ser vista e fruída pela sociedade.

A Praça da Alfândega foi surpreendida, no dia 23 de abril, por um movimento de esculturas invadindo os canteiros e procurando as sombras das árvores. Para espanto e fascínio dos habitantes desta metáfora e microcosmo de Porto Alegre, obras como a "Fuga", escultura em concreto de Miriam Obino, o "Equilíbrio da Forma", escultura em ferro pintada a duto, de Cláudia Stern, "O Torso de Prometeu", mármore de Vasco Prado, entre outras, foram colocadas definitivamente na Praça.

Ganhou o povo. Hoje, com frio, sol ou chuva, os aposentados, office-boys, prostitutas, gays, vendedores de erva, palhaços, pregadores, turistas e executivos podem sem censuramento de horário, convites e trajés exercitar o olhar e o toque nestas obras, que, cansadas do ambiente aristocrático e neoclássico do Museu de Artes do Rio Grande do Sul, optaram por viver junto ao povo, a natureza e as pombas, numa demonstração de espírito democrático e socializado.

E a cidade, que nestes 20 anos de ditadura, foi abandonada física e culturalmente pelo descaso e incompetência de seus administradores, hoje começa a viver uma nova política urbana, que está modificando estrutural e visualmente o cenário porto-alegrense. Ruas são consertadas e limpas. Praças recebem cuidados e museus ao ar livre. Fachadas de prédios são cobertas por obras de arte e prédios históricos semidestruídos são recuperados e transformados em casas de cultura.

ARTE POPULAR

Esta política de socialização das artes e da cultura está presente nas diversas manifestações ocorridas em Porto Alegre, no primeiro semestre de 1986.

No dia 26 de maio, o MARGS, com apoio das Tintas Kresil, desenvolveu nas ruas de Porto Alegre o Projeto "Pinta Brasil: Copa 86". Dezenas de artistas se integraram ao projeto e pintaram mais de 200 metros de muros e tapumes da cidade com motivos e temas extraídos do futebol. A sensibilidade, as esperanças e emoções dos porto-alegrenses encontraram neste Projeto sua expressão e apresentação. Inúmeros painéis coloridos foram pintados individual ou coletivamente pelos artistas plásticos gaúchos.

Outro exemplo significativo desta política de embelezar e humanizar a cidade foi dado pela Empresa

de Trens Urbanos S/A, que contratou os serviços do artista plástico gaúcho Clébio Sória para pintar quatro grandes murais na Estação do Mercado do Trensurb.

Numa obra de arte quase quilométrica, Clébio Sória produziu mais de 425 metros quadrados de pintura que representam nossas raízes através da temática que inclui desde as missões jesuíticas, os índios charruas e os colonizadores portugueses e espanhóis até a colonização alemã e italiana.

HAPPENING & COQUETEL

Mas não foram somente estas manifestações institucionais e tradicionais que movimentaram as ruas de Porto Alegre, instigando e excitando a imaginação do gaúcho. No dia primeiro de agosto, a artista plástica Maria Tomaselli Cirne Lima, depois de expor no "Projeto Première", durante três dias, no MARGS, resolveu colocar sua exposição composta por oito grandes painéis na Praça da Alfândega.

E o povo entrou de corpo e alma nesta informal e irreverente vernissage, que segundo a artista "leva a arte ao povo, já que o povo não vai ao Museu".

O Núcleo de Documentação e Pesquisa do MARGS e os vários meios de comunicação presentes registraram imagens e opiniões deste encontro na rua entre a arte e o povo.

E como as artes e os vinho sempre andaram juntos, numa histórica e agradável união do estético com o étlico, foi improvisado um coquetel popular, a base de cachaca. Desta vez, o povo que nunca é convidado para os grandes e sofisticados coquetéis que são organizados pelos circuitos de arte, pode, num espaço que é seu, brindar ao acontecimento com a bebida tradicional do brasileiro. Para o garçon que atendia os populares, se tratava de levar a arte e os coquetéis para a rua, realizando assim uma honesta e democrática "devolução cultural".

OPINIÃO POPULAR

Evelyn Berg Ioschpe, diretora do MARGS, justificou estas manifestações de arte na rua como um processo de "devolução cultural". Traduzindo para o espírito da Nova República, que de repente se tornou também o espírito das camadas mais reacionárias da sociedade brasileira, isto significa que a arte emana do povo e a ele deve retornar, sem prejuízos e maiores investimentos das instituições e empresas-mecenas, é claro.

Esta opinião técnica e elitizada, encontra em Pedro Quarleri, 66 anos, italiano de Piamonte e artista plástico da Praça, sua referência. Para o artista, tudo isto contribuirá para seu trabalho, pois trará um público mais interessado em arte. "Estão limpando a praça — diz ele com seu sotaque misturado de várias línguas — e trazendo gente de mais categoria e qualidade".

Estas visões nem sempre tão socializadas têm seu contraponto em outras mais populares e que expressam a imaginação erótica e a competição econômica. Para Paulo G., conhecido visitante noturno da Praça, "este Museu é uma boa". E não poderia ser outra sua opinião, pois ao ser surpreendido pelo guarda do Museu bolinando e tentando manter relações sexuais com a "feliniana" escultura de Miriam Obino, que mostra sua magnífica bunda debaixo das árvores, explicou: "A arte excita os desejos sexuais. E tem uma grande vantagem: não olha, não pergunta, não cobra e nem reclama... e aí nosso erotismo funciona livre e solto".

Mais acadêmicas e preocupadas com o pão de cada dia, as prostitutas é que não gostaram desta insólita concorrência e reclamaram. Jussara L., também conhecida como "Vinte Cruzados", depois do Plano Funaro, foi categórica: "É uma pouca vergonha esta coisa parada aí na Praça. Se a gente andasse assim, já viam os brigadianos dando pau e botando a gente no camburão".

Como se pode ver, tanto a elitização como a socialização da arte oferecem perigos e contratempos. Se dentro de um museu, temos que manter uma postura austera e silenciosa, embora a arte na maioria das vezes seja hilariante e prazerosa, na Praça, a arte, fica, como todas as coisas, sujeita a um processo democrático e carnavalesco: pode ser vista, tocada e, eventualmente, também estuprada.

De todas estas manifestações e opiniões, se conclui que o fato mais importante é o de que a arte não está mais restrita às elites. Os meios de comunicação de massa, sempre buscando novos públicos, e as leis de mercado capitalista, reduzindo tudo as relações de compra e venda, botaram a arte na rua e hoje ela circula como o pão, os carros e o dólar, em mercados oficiais e paralelos.

João Carlos Tiburki



Edelvira sem palavras para agradecer

Angela Ribeiro

A segunda edição do Free Jazz Festival repetiu o sucesso da primeira, em 85. Os principais nomes do jazz internacional brilharam nos palcos do Anhembi, em São Paulo, e do Hotel Nacional, no Rio.



12 3x4 outubro/86

Jazz ocupa o seu espaço junto ao público brasileiro

Nunca o jazz esteve tão em alta no Brasil como nos últimos dois anos. Só para ficar nos nomes mais famosos, pisaram os palcos brasileiros em 85 e 86 artistas do nível dos saxofonistas David Sanborn, Gerry Mulligan e Sonny Rollins; trumpetistas como Wynton Marsalis, Miles Davis e Dizzy Gillespie; os guitarristas Pat Metheny e B. B. King, além do surpreendente vocalista Bobby McFerrin, do violinista Jean-Luc Ponty e do pianista e cantor Ray Charles.

Toda esta agitação cultural tem um foco principal, para onde se voltam as atenções de todos aqueles que curtem o jazz em nosso país: é o Free Jazz Festival, promovido pela Duetto Produções Artísticas, do Rio de Janeiro, e que teve em agosto deste ano a sua segunda edição. Exatamente num momento em que o "show business" nacional estava todo voltado para a explosão das novas bandas de rock, a Duetto resolveu apostar alto no jazz.

Já no primeiro ano do Free Jazz, não foram poupados esforços no sentido de trazer grandes nomes da música brasileira e internacional para se apresentar no Rio e em São Paulo. Toots Thielemans, Joe Pass, Chet Baker e Wagner Tiso eram as grandes estrelas anunciadas, mas os americanos Pat Metheny, Sonny Rollins, Bobby McFerrin e os violões do grupo D'Alma roubaram a festa, fazendo os melhores shows.

O público respondeu à altura dos investimentos feitos, e só não lotou o festival nas noites de abertura, tanto no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, como no Teatro do Hotel Nacional, no Rio.

Diante de tão boa acolhida do espectador nacional, vários artistas acabaram ficando

muito mais tempo do que o previsto, como o flautista Hubert Laws e o próprio Pat Metheny, que acabaram gravando um disco junto com o brasileiro Milton Nascimento. Abria-se cada vez mais o mercado brasileiro de jazz. Novos lançamentos de discos e a chegada de novos músicos para se apresentarem em nosso país. Jean-Luc Ponty atravessou todo o Brasil, culminando sua turnê com um grande show no Gigantinho, aqui em Porto Alegre, para mais de 8 mil pessoas.

Este ano, a escalada do jazz continuou. Chuck Mangione, Dizzy Gillespie e B. B. King foram os que chegaram até Porto Alegre. Além deles, Wayne Shorter, Billy Eckstine e a brasileira Flora Purim, considerada uma das maiores cantoras de jazz de todos os tempos, mantiveram acesa a chama do jazz no Rio e em São Paulo, numa espécie de aquecimento para o grande acontecimento do ano, a partir do dia 25 de agosto: o 2º Free Jazz Festival.

Oito atrações internacionais e 14 nacionais fizeram os shows deste ano. Assim como no ano passado, as principais estrelas acabaram ofuscadas por outras, supostamente de brilho menor, mas que mostraram no palco toda a magia de sua música.

McFerrin em 85, Stanley Jordan este ano. Apresentando-se sozinho (McFerrin com sua voz, Jordan com uma guitarra), ambos conquistaram o público pela técnica que desenvolveram para melhor aproveitar seus "instrumentos", e acabaram ficando com os maiores aplausos de todo o festival. Nem a fama de David Sanborn, Gerry Mulligan ou Ray Charles conseguiu superar a performance de Stanley Jordan no palco do Free Jazz.

Alternando temas de blues e composições



Ponty: sucesso em todo o país

de jazz tradicional, com músicas dos Beatles e suas, além da belíssima "Stairway to Heaven", do conjunto de rock inglês Led Zepelin, Jordan roubou a noite, graças a sua técnica singular de percussão das cordas da guitarra com as duas mãos, criando a nítida sensação de que existem pelo menos duas guitarras sobre o palco, e não apenas uma.

Outro grande destaque foi a apresentação do trompetista Wynton Marsalis, vencedor de dois prêmios Grammy, o Oscar da música norte-americana, um por seu trabalho em um disco de música "pop" e outro por um disco de música clássica. Marsalis fechou com chave de ouro a primeira noite do festival em São Paulo, mostrando toda a sua técnica e versatilidade.

Exemplo de organização, o Free Jazz já conquistou definitivamente o seu espaço na programação musical brasileira. É incontestável o sucesso de um Festival que consegue lotar durante onze dias seguidos um auditório com capacidade para quase 4 mil pessoas em São Paulo e outro para 1500 no Rio. E que consegue agradar a todos os músicos que aqui se apresentam, pela seriedade como é encarado, ao melhor nível dos grandes festivais internacionais do mundo inteiro.

Gabriel Pillar Grossi

Gabriel Grossi



Marsalis e o símbolo do festival: jazz em alta

Como uma onda grávida de sons

"Se ouvíssemos os sons do planeta, nesse instante, como o zumbido de uma colméia, seriam tantas músicas juntas, indistintas, que pareceriam não ter nenhuma ordem, pela diferença entre os ruídos que a sustentam".

José M. Wisnick, musicólogo e professor de literatura da USP

O som é objeto material decorrente de sinais que se propagam no ar, como resultado de vibrações. O mundo dos sons tem duas dimensões: música e ruído.

A música é uma onda periódica, ordenada e constante. É organizadora, porque introduz no mundo um princípio de ordem que o cria. Este poder de criação é religioso e político. A música surge do ruído, mas o transforma.

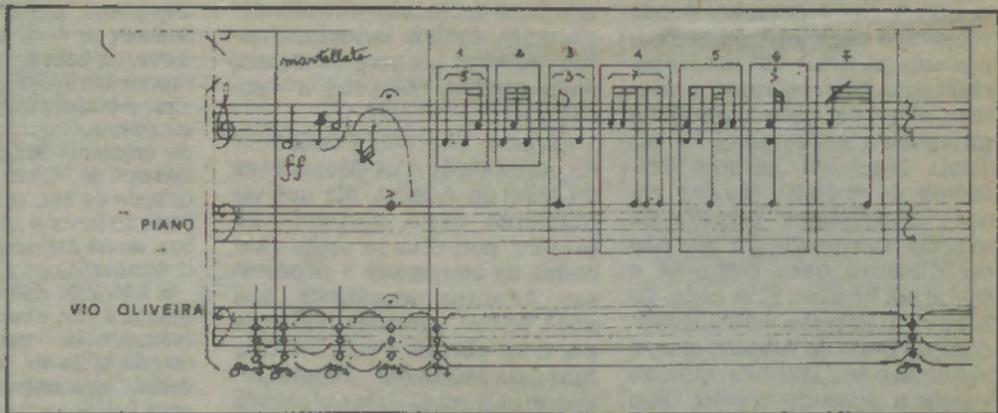
Ruído é o som cujas vibrações são movimento desordenado. É o vazamento de um sinal que atrapalha, desorganiza a mensagem. "São como manchas, rabiscos, onde não se percebe constância vibratória. Trazem um elemento caótico, destrutivo, ameaçador, perturbador, catastrófico. Nos agridem, amedrontam e podem até matar, numa frequência superior a 80 decibéis", afirma José Miguel Wisnick. "Christian Wolf/ é um/ outro compositor/ que está mudando a música contemporânea./ Eu me lembro de/ tê-lo ouvido tocar/ uma peça de piano/ sua que continha/ silêncios. Era/ um dia agra-/dável e as / janelas estavam/ abertas/ Naturalmente, no /decorrer da/peça, ruídos de/ trânsito, /sons de/ apitos de barco, crianças brincando/ no corredor./ podiam-se ouvir/ todos, e alguns/ deles mais/ facilmente do que/ os sons que/ vinham do/ piano./ De tal forma/ que um amigo,/ que estivera/ tentando com grande/ dificuldade/ ouvir a música./ pediu ao/ fim, se Christian/ podia tocá-la / novamente/ depois que/ fechasse as janelas// Christian disse/ que de boa vontade/ tocaria a peça nova-/mente, mas que não/era urgentemente/ necessário, já que/ a peça tinha/ sido tocada e os/ sons que/ ocorreram acidentalmente/ enquanto ela/ estava sendo tocada/ não eram de forma/ alguma uma interrupção/ As/ janelas de sua/ música estavam abertas." Este texto é de John Cage.

"A organização dos sons projeta o espaço sonoro como um lugar de encontro (e desencontro) rítmico/ melódico/ harmônico. Os sons se organizam em torno da possibilidade (ou não) de sua polarização, eles se atraem e se repelem em função de diferentes tempos de equilíbrio: modal, tonal, serial. Cada um desses sistemas aponta o nosso corpo de maneira diferente". José Miguel Wisnick.

Até o século XV o som só era produzido de forma modal. Uma ordem constituída de escalas recorrentes, que avançam em círculos a uma dimensão. Nela o ruído está presente. "A música modal (dos primitivos, do canto gregoriano, da música oriental) está próxima do rito, pois ela é concebida como o som que se apossa do corpo, pondo-o numa disponibilidade mais ou menos direcionada". Raymond Court.

Na música clássica do ocidente se busca filtrar o ruído, sublimá-lo. Esta é a música tonal, que parte do equilíbrio, cria uma tensão e alcança o repouso. "Sistema de distinções capaz de transitar entre tensão e repouso, estabilidade e instabilidade; cuja moral pede sempre, no entanto, a satisfação da expectativa, isto é a afirmação da estabilidade. Segundo Eco (resenhando Meyer), a tonalidade instaura uma crise para repará-la a seguir, extraindo um máximo de efeito do modo improvável pelo qual satisfaz a expectativa de resolução que a tensão provoca no ouvinte". José Miguel Wisnick.

A música tonal entra em crise no começo do século XX, como reflexo da paisagem das grandes cidades (máquinas, fábricas, usinas, sirenes, automóveis, aviões). O ruído volta como elemento de renovação da linguagem musical. A tonalidade pariu a música serial, que se faceta em: cromatismo — o momento de tensão é cada vez mais acentuado e



as resoluções adiadas, como em Wagner. Atonalismo — a tônica é caoticamente questionada, sem promessa de resolução, como em Mahler e Schoenberg (1ª parte). Dodecafonismo — é introduzida uma sistematização, séries de doze notas que não se repetem, mas se recombinam diferentemente, como em Stockhausen e Webern. Minimalismo — compulsão repetitiva, que expressa o mundo robotizado em que vivem principalmente as sociedades mais desenvolvidas, como em Philip Glass.

"Diferente de todas as outras, nossa época espantaria pelo fato de que nela as danças modal, tonal e serial se dão simultaneamente, como se o alimento da colméia fosse visto em lugares diferentes e contraditórios, dando uma intrínca sarabanda sem centro (embora quase sempre sustentando a alusão de centro) e mostrando como problemática a noção de progresso. Esses sistemas musicais que acompanham o ritmo da história, sucessivamente, agora se imbricam: a música tonal, que historicamente deriva para a serial, bifurca-se numa volta como que desrecaicante a modalidade. O percurso racional nos leva a uma pós-tonalidade, mas em toda parte se manifesta, como um violento retorno de reprimido, o batucum das formas rítmicas, recorrentes, modalizantes, primitivas (embora eletrificadas)". José Miguel Wisnick. "Nenhum som teme/ o silêncio que o ex-/tingue. E/ nenhum silêncio existe/ que não esteja/ grávido de/ sons" John Cage.

Maria Augusta Teixeira

* Esta matéria não teria sido possível sem o curso O Som e o Sentido dirigido por José Miguel Wisnick, entre 1º e 5 de setembro, no Instituto de Artes